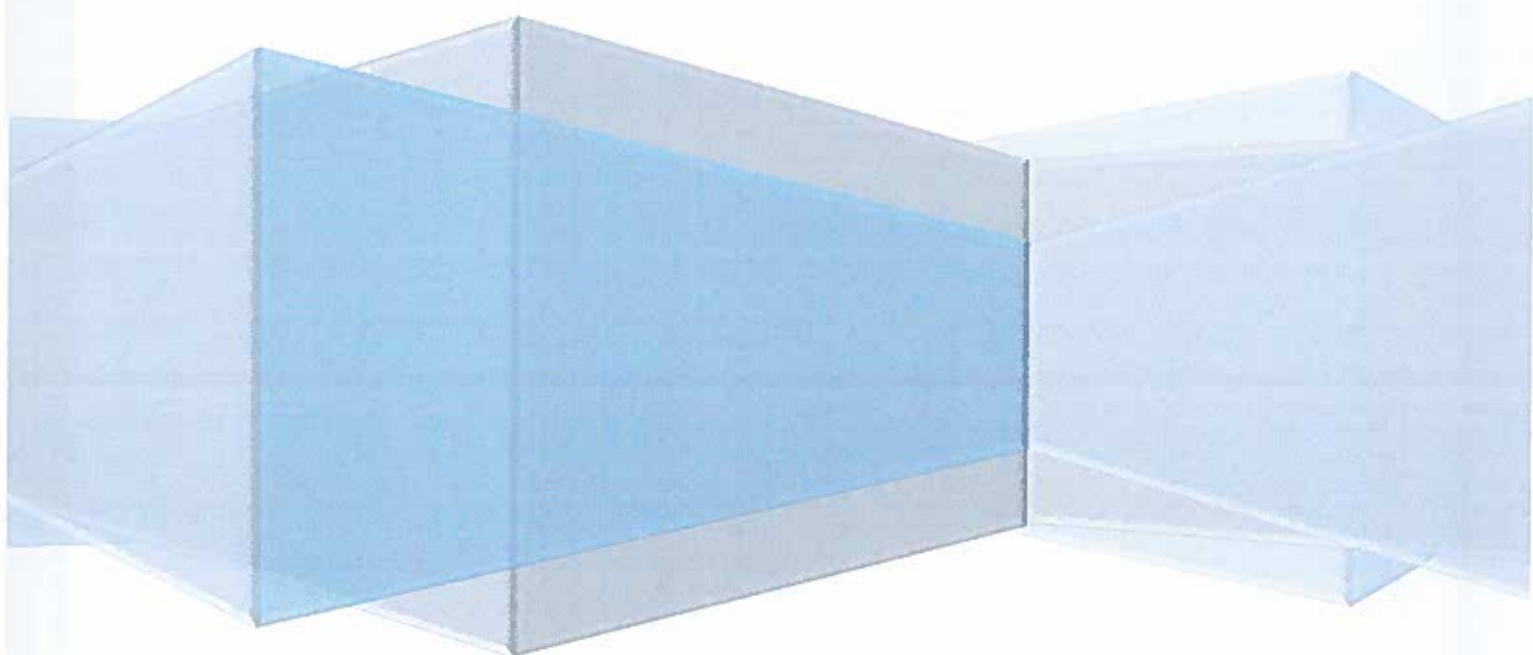


# **SAGESECUR**

**Sociedade de Estudos, Desenvolvimento  
e Participação em Projetos, S.A.**

## **Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2018**





# Relatório de Gestão



**ÍNDICE**

I. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	2
1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2. Gestão do Risco Financeiro.....	15
3. Limite do Crescimento do Endividamento.....	16
5. Cumprimento das Recomendações dos Acionistas.....	17
6. Remunerações.....	18
7. Aplicação dos Artigos 32º e 33º do EGP.....	24
8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais.....	25
9. Relatório sobre Remunerações.....	25
10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção.....	26
11. Contratação Pública.....	26
12. Medidas no Âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas....	27
13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais.....	27
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	28
15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas.....	29
16. Informação divulgada no sítio da internet do SEE.....	30
17. Cumprimento das orientações legais.....	30
II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2018.....	32
III. FINANCIAMENTO.....	34
IV. RESULTADOS OBTIDOS EM 2018.....	35
V. PERSPETIVAS PARA 2019.....	36
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	37

## I. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

---

### 1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

#### ➤ Objetivos de Gestão

A SAGESECUR é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA que tem como objeto a aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como a administração dos valores mobiliários adquiridos, incluindo a concessão, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores mobiliários e ainda o arrendamento ou aluguer de ativos adquiridos para esse efeito.

Como empresa com uma natureza instrumental, a sua atividade consubstancia-se na intervenção em diversas áreas em função dos interesses do Grupo, não perdendo de vista, em simultâneo, a exigência de sustentabilidade financeira na ponderação dos negócios em que intervém.

A condução dos negócios da sociedade é feita no respeito pelos princípios do rigor, segurança e transparência, inerentes à situação da sociedade enquanto empresa de capitais públicos e de acordo com os princípios estabelecidos no regime jurídico do Setor Público Empresarial, no Estatuto do Gestor Público e demais legislação relevante, e de acordo com as orientações acionistas.

Aquando da eleição dos membros dos órgãos sociais para o atual mandato, ocorrida por deliberação acionista de 18 de junho de 2018, foram definidas as seguintes orientações estratégicas:

*“Sendo a SAGESECUR uma sociedade instrumental inserida no universo do Grupo PARPÚBLICA deverá pautar a sua atividade de acordo com as principais orientações estratégicas estabelecidas para o Grupo, em particular no que se refere aos negócios que são geridos pela sociedade.*

*Em particular, tendo em atenção que ao longo do mandato ocorrerá o termo dos contratos relativos ao material circulante em utilização no eixo ferroviário Norte Sul, principal ativo da sociedade, a gestão deverá procurar acompanhar a evolução que vier a ocorrer no âmbito daquela concessão tendo em vista a salvaguarda das condições financeiras de*

*utilização deste ativo em termos que permitam garantir o seu valor e a recuperação do investimento efetuado.*

*A gestão deverá ainda assegurar que a condução dos negócios é feita em termos que contribuam para a consolidação da sua situação patrimonial, e garantam o cumprimento de todas as suas obrigações financeiras e contratuais.*

*Deverá ainda garantir as condições indispensáveis para que a sociedade possa vir a assumir os projetos ou negócios que os acionistas entendam atribuir-lhe dada a sua natureza de sociedade instrumental."*

Para além das orientações estratégicas não foram estabelecidos objetivos de gestão quantificados e anualizados, na medida em que a atividade da sociedade tem sido nos últimos anos essencialmente centrada na execução dos contratos celebrados no quadro dos diversos negócios existentes o principal dos quais, relacionado com a gestão do material ferroviário, se aproxima do final do período contratual, sendo necessário estabelecer o seu novo enquadramento.

O Conselho tem conduzido os negócios da sociedade no estrito cumprimento de todas as orientações legais definidas para o conjunto do setor empresarial público, como é inerente à natureza da própria sociedade, enquanto sociedade de capitais exclusivamente públicos, a par da salvaguarda do valor e da rentabilidade dos ativos da sociedade, de acordo com as orientações estratégicas definidas. Como objetivo acessório a gestão visa, sempre que tal se revela possível em termos financeiros e orçamentais, a redução do endividamento da sociedade.

### ➤ **Plano de Atividades e Orçamento**

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 foi aprovado por deliberação acionista de 28 de dezembro de 2017, na sequência do Despacho nº 1139/17-SET, de 15 de dezembro, preferido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro tendo por base a apreciação favorável constante do correspondente Relatório de Análise da UTAM.

O PAO 2018 reflete a circunstância de os recursos financeiros globais da SAGESECUR estarem associados, fundamentalmente, aos contratos celebrados com a FERTAGUS e relacionados com o material circulante ferroviário – o principal ativo da sociedade - ou

Coz

inf PAS

seja, um contrato de locação operacional, no âmbito do qual a SAGESECUR recebe da FERTAGUS as correspondentes rendas, e um contrato de prestação de serviços de manutenção, ao abrigo do qual a SAGESECUR paga à FERTAGUS os serviços de manutenção por esta prestados.

A atividade desenvolvida ao longo do ano permitiu dar execução ao PAO aprovado nos termos que, de forma muito sumária, a seguir se apresentam:

### i) Investimento

Ao nível do investimento, verificou-se que a aquisição de unidades de participação do FII Fundiestamo I foi inferior ao previsto. Este investimento está associado ao Contrato de Criação de Mercado, celebrado, por iniciativa da SAGESECUR, entre esta Sociedade e o Caixa BI, com o objetivo de assegurar liquidez no mercado secundário das UP's do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I, apoiando assim a atividade da Fundiestamo S.A., pelo que o nível de intervenção da SAGESECUR, comprando ou vendendo UP's, depende das condições de mercado e das intenções dos investidores e, consequentemente contém elementos de imprevisibilidade para a empresa.

A componente principal do investimento previsto e realizado está relacionada com a manutenção do material circulante, nos termos planeados, tendo o montante concretizado coincidido com o orçamentado.

(em euros)

Descrição do Investimento	2018	2018	Variação	
	PAO	Execução	Valor	%
UP's do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo	720.000,00	364.328,92	-355.671,08	-49%
Manutenção das carruagens	6.156.583,00	6.156.583,00	-	0%
<b>Total do Investimento</b>	<b>6.876.583,00</b>	<b>6.520.911,92</b>	<b>-355.671,08</b>	<b>-5%</b>

Relativamente a esta componente do investimento, que está enquadrada pelo contrato de prestação de serviços de manutenção celebrado com a FERTAGUS, importa referir que o valor pago em 2018 corresponde à última tranche prevista no contrato atualmente em vigor, que terminará a 31 de dezembro de 2019, o que significa que em 2019 não está





previsto qualquer investimento neste contexto. Por outro lado, terminando o contrato no final de 2019, tal como a atual concessão atribuída pelo Estado à FERTAGUS, antecipase que durante o corrente ano de 2019 seja estabelecido um novo enquadramento contratual para vigorar a partir de 2020, no âmbito do qual será estabelecido um novo programa de investimento relacionada com a manutenção deste equipamento.

ii) **Gastos com pessoal**

No que se refere aos gastos com pessoal, considerando que a SAGESECUR continua a não dispor de um quadro de pessoal próprio, os encargos identificados traduzem exclusivamente o montante pago aos membros da mesa da assembleia geral a título de senhas de presença.

(em euros)

Recursos Humanos	2018	2018	Variação	
	Proposta	Execução	Valor	%
<b>Gastos totais com pessoal</b>	500	499,11	0,89	0,18%
a. Gastos com Órgãos Sociais	500	499,11	0,89	0,18%
b. Gastos com Cargos de Direção	0	0	0	-
c. Remuneração do pessoal	0	0	0	-
<b>N.º Total de RH (O.S + Cargos Direção + Trabalhadores)</b>	3	3	0	0,00%
N.º Órgãos Sociais	3	3	0	0,00%
N.º de cargos de Direção sem O.S.	0	0	0	-
N.º de trabalhadores sem cargos de Direção e sem O.S.	0	0	0	-

iii) **Endividamento**

Aquando da elaboração do PAO 2018 considerou-se a existência de um nível de endividamento no final de 2017 superior ao que efetivamente se veio a verificar. Como, para 2018 não estava estimada qualquer variação do endividamento, o valor real da dívida no final de 2018 é inferior à estimada no PAO.

Associado ao facto de o endividamento da sociedade não se ter situado no nível previsto no PAO, e também porque a taxa de juro incidente sobre os suprimentos foi ligeiramente inferior à estimada na data de elaboração do PAO 2018, os gastos de financiamento foram inferiores em 12,13% ao orçamentado.

(em euros)

Controlo dos limites do endividamento	2017	2018	2018	Variação 2018 (orçamento vs real)	
	Execução	PAO	Execução	Valor	%
Endividamento Remunerado	58.940.000	62.586.250	58.940.000	-3.646.250	-6%
Juros Anuais endividamento	2.236.183	2.236.184	1.964.825	-271.359	-12,13%

#### iv) Grau de Execução do Orçamento

Os principais desvios entre as demonstrações financeiras previsionais e reais estão relacionados com as seguintes situações:

##### ➤ *Liquidação do Fundo Investimento Imobiliário Fechado Estamo*

Contrariamente ao previsto à data de elaboração do PAO 2018, que apontava o final de 2017 como limite para a conclusão da liquidação do fundo, esta veio a concluir-se apenas em abril de 2018 o que justifica os desvios nas rubricas Outras Contas a Receber - Ativos não Correntes: +27 160 m€, Outros Ativos Financeiros - Ativo Corrente: -26 918 m€, Resultados Transitados: -6 844,6 m€, Ajustamentos de Justo Valor de Ativos Correntes Disponíveis para Venda: +7 071,9 m€, e Outros Rendimentos e Ganhos: 232 m€.

##### ➤ *Imparidades e variações de justo valor*

As imparidades (material circulante) e variações de justo valor, mensurações não orçamentáveis dada a elevada imprevisibilidade, originaram um desvio de +652,9 m€ e de +567,1 m€ respetivamente.

*Coz*  
*HAF*

A reversão parcial da imparidade reconhecida está associada ao efeito da inclusão da melhor informação disponível sobre o calendário das operações de manutenção do material circulante que integra o ativo da sociedade, de acordo com a qual, face a uma maior intensidade de uso tem vindo a ocorrer uma antecipação das intervenções inicialmente previstas, com a inerente antecipação dos diferentes custos associados.

## Relatório de Gestão 2018

unidade: €

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA - IFRS	Orçamento		Real		Real		Variação		Diferenças	
	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2018	31-12-2018	Orçamento	Real	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4)	(4)	(7) - (1)	(8) - (3)	(5) - ((4)-(3)) - ((1)-(3))	(10)
<b>ATIVO</b>										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	47.009.105,66	46.633.660,91	46.816.318,83	47.439.561,93	47.439.561,93	47.439.561,93	375.444,75	-623.223,10	998.667,85	-266%
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	27.160.164,64	27.160.164,64	27.160.164,64	0,00	-27.160.164,64	-27.160.164,64	
Ativos por impostos diferidos	1.461.272,82	1.461.272,82	1.476.947,51	582.402,20	582.402,20	582.402,20	0,00	894.545,31	894.545,31	
Ativo corrente	48.470.378,5	48.094.933,7	48.293.286,3	75.182.128,8	75.182.128,8	75.182.128,8	375.444,7	-26.888.842,4	-27.164.287,2	-7262%
Clientes	794.006,3	789.586,9	794.322,5	809.083,2	809.083,2	809.083,2	4.419,4	-14.690,8	-19.110,1	-432%
Estado e outros entes públicos	393.559,7	279.822,6	874.335,1	275.277,6	275.277,6	275.277,6	113.737,1	599.057,5	485.320,4	427%
Outras contas a receber	27.028.511,5	27.028.511,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos financeiros de negociação	9.564.321,0	10.284.321,0	9.299.261,7	10.228.660,2	10.228.660,2	10.228.660,2	-720.000,0	-929.398,5	-209.398,5	29%
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	26.953.870,1	0,00	0,00	0,00	0,00	26.953.870,1	26.953.870,1	
Caixa e depósitos bancários	9.020.664,0	9.020.664,4	5.286.200,9	6.424.465,8	6.424.465,8	6.424.465,8	-0,5	-1.138.264,9	-1.138.264,9	243474658%
	46.801.062,4	47.402.906,4	43.208.060,3	17.737.486,9	17.737.486,9	17.737.486,9	-601.844,0	25.470.573,4	26.072.417,4	-4332%
<b>Total do Ativo</b>	<b>95.271.440,9</b>	<b>95.497.840,1</b>	<b>91.501.346,7</b>	<b>92.919.615,7</b>	<b>92.919.615,7</b>	<b>92.919.615,7</b>	<b>-226.399,3</b>	<b>-1.418.269,0</b>	<b>-1.191.869,7</b>	<b>526%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>										
Capital próprio										
Capital	22.500.000,0	22.500.000,0	22.500.000,0	22.500.000,0	22.500.000,0	22.500.000,0	0,0	0,0	0,0	
Reservas legais	1.544.390,1	1.576.243,8	1.544.390,1	1.583.873,8	1.583.873,8	1.583.873,8	-31.853,7	-39.483,7	-7.630,0	24%
Outras reservas	83.244,6	83.244,6	83.244,6	83.244,6	83.244,6	83.244,6	0,0	0,0	0,0	
Resultados transitados	10.942.475,5	11.547.695,3	10.942.475,5	6.106.254,6	6.106.254,6	6.106.254,6	-605.219,8	4.836.221,0	5.441.440,8	-899%
Ajustamentos de IV de ativos correntes disponíveis para venda	-5.489.572,9	-5.489.572,9	-5.558.539,6	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.558.539,6	-5.558.539,6	
	29.570.537,3	30.207.610,7	29.511.570,6	30.273.372,9	30.273.372,9	30.273.372,9	-637.073,5	-761.802,3	-124.728,9	20%
Resultado líquido do período	637.073,5	316.882,4	789.673,9	1.712.125,0	1.712.125,0	1.712.125,0	320.191,0	-92.451,1	-1.242.642,2	-388%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>30.207.610,7</b>	<b>30.524.493,2</b>	<b>30.301.244,5</b>	<b>31.985.498,0</b>	<b>31.985.498,0</b>	<b>31.985.498,0</b>	<b>-316.882,4</b>	<b>-1.684.253,5</b>	<b>-1.367.371,0</b>	<b>432%</b>
Passivo										
Passivo não corrente										
Financiamentos obtidos	62.586.250,0	62.586.250,0	58.940.000,0	58.940.000,0	58.940.000,0	58.940.000,0	0,0	0,0	0,0	
Passivo corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos obtidos	1.291,5	1.291,5	2.583,0	0,00	0,00	0,00	0,00	2.583,0	2.583,0	
Fornecedores	174.717,7	84.234,6	0,00	0,00	0,00	0,00	90.483,2	0,00	-90.483,2	-100%
Estado e outros entes públicos	2.301.570,9	2.301.570,9	2.257.191,1	1.994.117,7	1.994.117,7	1.994.117,7	0,00	263.401,4	263.401,4	
Outras contas a pagar	2.477.580,1	2.387.096,9	2.260.021,1	1.994.117,7	1.994.117,7	1.994.117,7	90.483,2	265.984,4	175.501,3	194%
<b>Total do Passivo</b>	<b>65.063.830,1</b>	<b>64.973.346,9</b>	<b>61.200.021,1</b>	<b>60.934.117,7</b>	<b>60.934.117,7</b>	<b>60.934.117,7</b>	<b>90.483,2</b>	<b>265.984,4</b>	<b>175.501,3</b>	<b>194%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>95.271.440,9</b>	<b>95.497.840,1</b>	<b>91.501.346,7</b>	<b>92.919.615,7</b>	<b>92.919.615,7</b>	<b>92.919.615,7</b>	<b>-226.399,3</b>	<b>-1.418.269,0</b>	<b>-1.191.869,7</b>	<b>526%</b>

Car  
Maf HAF

unidade: €

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - IFRS	Orçamento	Real	Desvios 2018	
	2018	2018	Valor	%
	(1)	(2)	(2)-(1)	
Vendas e serviços prestados	7.633.370	7.633.370	0	0%
Fornecimentos e serviços externos	-30.176	-36.456	-6.280	21%
Gastos com pessoal	-500	-499	1	0%
Aumentos/reduções de justo valor	0	567.164	567.164	-
Outros rendimentos e ganhos	415.403	822.716	407.312	98%
Outros gastos e perdas	0	-5.580	-5.580	-
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>8.018.098</b>	<b>8.980.715</b>	<b>962.617</b>	<b>12%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5.380.797	-5.035.059	345.738	-6%
Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		652.930	652.930	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2.637.301</b>	<b>4.598.585</b>	<b>1.961.285</b>	<b>74%</b>
Juros e gastos similares suportados	-2.236.184	-1.983.920	252.263	-11%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>401.117</b>	<b>2.614.665</b>	<b>2.213.548</b>	<b>552%</b>
Imposta s/ rendimento do período	-84.235	-902.540	-818.305	971%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>316.882</b>	<b>1.712.125</b>	<b>1.395.243</b>	<b>440%</b>

unidade: €

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - IFRS	Orçamento	Real	Desvios 12M2018	
	12M2018	12M2018	Valor	%
	(1)	(2)	(2)-(1)	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>				
Recebimentos de clientes	9.389.045	9.370.975	-18.070	0%
Pagamentos a fornecedores	-30.176	-37.747	-7.572	25%
Pagamentos ao pessoal	-500	-500	0	0%
<b>Fluxo gerados pelas operações</b>	<b>9.358.369</b>	<b>9.332.728</b>	<b>-25.641</b>	<b>0%</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-76.147	-64.999	11.148	-15%
Outros recebimentos/pagamentos	-661.816	-34.251	627.565	-95%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>8.620.406</b>	<b>9.233.478</b>	<b>613.072</b>	<b>7%</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	<b>-6.876.583</b>	<b>-6.520.912</b>	<b>355.671</b>	<b>-5%</b>
Activos fixos tangíveis	-6.156.583	-6.156.583	0	0%
Ativos financeiros	-720.000	-364.329	355.671	-49%
<b>Recebimentos provenientes de:</b>	<b>100.110</b>	<b>343.216</b>	<b>243.106</b>	<b>243%</b>
Activos financeiros	100.000	11.409	-88.591	-89%
Juros e rendimentos similares	110	331.807	331.697	301543%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-6.776.473</b>	<b>-6.177.696</b>	<b>598.777</b>	<b>-9%</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>	<b>392.251</b>	<b>318.666</b>	<b>-73.585</b>	<b>-19%</b>
Financiamentos obtidos				
Juros e ganhos similares	392.251	318.666	-73.585	-19%
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	<b>-2.236.184</b>	<b>-2.236.183</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares	-2.236.184	-2.236.183	0	0%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-1.843.933</b>	<b>-1.917.517</b>	<b>-73.584</b>	<b>4%</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>0</b>	<b>1.138.265</b>	<b>1.138.265</b>	<b>243474682%</b>
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.020.664	5.286.201	-3.734.463	-41%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.020.664	6.424.466	-2.596.198	-29%

Caro

luf JAF



No final do exercício as disponibilidades excediam os valores projetados essencialmente devido ao menor volume de pagamentos de IVA e à reduzida execução do investimento previsto relacionado com a aquisição de UP's.

Note-se que o valor apresentado como pagamento respeitantes a juros correspondem aos juros pagos em 2018 referentes a 2017, daí que não coincida com os gastos financeiros constantes da demonstração de resultados de 2018.

Não foram implementadas medidas corretivas, nem se identificaram medidas a implementar, uma vez que os desvios derivam de fatores exógenos, fora do controlo da entidade e relativamente aos quais, dada a natureza da atividade da empresa, não há forma de os corrigir ou antecipar.

### **Análise global da Receita e da sua estrutura – recursos financeiros previstos e executados *versus* análise de desvios**

A receita cobrada resulta fundamentalmente do recebimento das rendas estabelecidas no contrato de locação operacional do material circulante ferroviário celebrado com a FERTAGUS. Os rendimentos obtidos enquanto titular de UP's constituem a componente da receita relacionada com a outra área de negócio do atual portfolio da sociedade.



### Análise da Receita

#### Controlo Orçamental - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Previsões corrigida (4)	Receitas por cobrar no início do ano (5)	Receitas liquidadas (6)	Liquidações anuladas (7)	Receitas cobradas brutas do ano e de anos anteriores (8)	Receita cobrada líquida (9)	Receitas por cobrar no final do ano (10)=(5)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas	
Código (1)	Descrição (2)									Face às Prev. Iniciais (11)=(9)/(3)	Face às Prev. Corrigidas (12)=(9)/(4)
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO 513:</b>											
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE</b>	<b>9.881.406</b>	<b>10.222.924</b>	<b>794.392</b>	<b>10.049.554</b>	<b>0</b>	<b>10.034.863</b>	<b>9.951.911</b>	<b>892.035</b>	<b>101%</b>	<b>97%</b>
05.01.02	Juros Soc. privadas - Fertagus	492.251	492.251	11.972	318.666	0	303.975	303.975	26.663	62%	62%
05.02.01	Juros - Sociedades Financeiras	110	110	0	0	0	0	0	0	0%	0%
05.07.01	Dividendos e Particip. Lucros de Soc.	0	341.518	0	341.843	0	341.843	258.891	82.952	n.d.	76%
05.10.99	Rendas - Outras	9.389.045	9.389.045	782.420	9.389.045	0	9.389.045	9.389.045	782.420	100%	100%
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0</b>	<b>140</b>	<b>0</b>	<b>139</b>	<b>0</b>	<b>139</b>	<b>139</b>	<b>0</b>	<b>n.d.</b>	<b>99%</b>
08.01.99	Outras	0	140	0	139	0	139	139	0	n.d.	99%
<b>11</b>	<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>0</b>	<b>1.374</b>	<b>0</b>	<b>1.373</b>	<b>0</b>	<b>1.373</b>	<b>1.373</b>	<b>0</b>	<b>n.d.</b>	<b>100%</b>
11.11.01	Soc. e quas e soc. Não financeiras	0	1.374	0	1.373	0	1.373	1.373	0	n.d.	100%
<b>15</b>	<b>REP. N/ABATIDAS PAGAMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>31.819</b>	<b>0</b>	<b>31.819</b>	<b>0</b>	<b>31.819</b>	<b>31.819</b>	<b>0</b>	<b>n.d.</b>	<b>100%</b>
15.01.01	Receitas Consignadas-RNAP	0	31.819	0	31.819	0	31.819	31.819	0	n.d.	100%
<b>16</b>	<b>SALDO DE GERÊNCIA</b>	<b>0</b>	<b>5.268.934</b>	<b>0</b>	<b>5.268.934</b>	<b>0</b>	<b>5.268.934</b>	<b>5.268.934</b>	<b>0</b>	<b>n.d.</b>	<b>100%</b>
16.01.03	Saldo da gerência anterior	0	5.268.934	0	5.268.934	0	5.268.934	5.268.934	0	n.d.	100%
<b>TOTAL</b>		<b>9.881.406</b>	<b>15.525.191</b>	<b>794.392</b>	<b>15.351.819</b>	<b>0</b>	<b>15.337.128</b>	<b>15.254.176</b>	<b>892.035</b>	<b>154%</b>	<b>98%</b>

No decurso da execução de 2018, são de destacar os seguintes factos relevantes:

- No agrupamento 05 – Rendimentos da Propriedade

Do valor cobrado, no total de 10 milhões €, quase 95% correspondem ao recebimento das rendas de locação operacional pagas pela FERTAGUS. Na rubrica R.05.07.01 estão refletidos os rendimentos recebidos em 2018 associados aos investimentos financeiros correspondentes à aquisição de UP's em fundos de investimento imobiliário geridos por sociedade do Grupo.

- No agrupamento 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos

O valor cobrado resulta da restituição de impostos, no caso de IRC.

- No agrupamento 16 – Saldo da gerência anterior

Uma vez que a SAGESECUR é uma entidade pública reclassificada, integrando por isso o perímetro do Orçamento do Estado, foi solicitada a integração em receita do saldo de gerência transitado do ano anterior, cujo valor foi devidamente comprovado pela DGO, tendo a mesma sido autorizada por Despacho do Senhor Secretário do Estado do Orçamento. O valor de receita aqui registado reflete essa integração, o que permitiu eliminar as necessidades de financiamento que haviam sido estimadas no PAO 2018.

No total a execução da receita em 2018 correspondeu a 98% do valor das previsões corrigidas, apresentando um desvio favorável face ao orçamentado em consequência, fundamentalmente, da integração em receita do saldo de gerência do ano anterior.

Luiz  
P.S.  
P.S.



Análise da Despesa

Controlo Orçamental - Despesa									
Classificação económica		Dotações corrigidas (3)	Cativos ou congelados (4)	Compromissos assumidos (5)	Despesas pagas			Grau de execução orçamental das despesas (10)=(6)/(13)x 100	
Código (1)	Descrição (2)				Ano (6)	Dotação não comprometida (7)=(3)-(4)-(5)	Saído (8)=[(3)-(4)] (6)		Compromissos por pagar (9) = (5)-(6)
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO 513</b>									
01	DESPESAS COM O PESSOAL	500	0	499	499	1	1	0	100%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	34.040	0	34.039	32.748	1	1.292	1.291	96%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.236.184	0	2.236.184	2.236.184	0	0	0	100%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14	0	14	14	0	0	0	100%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	734.098	0	42.520	39.354	691.578	694.744	3.166	5%
07	AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL	6.156.584	0	6.156.583	6.156.583	1	1	0	100%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	720.000	0	364.329	364.329	355.671	355.671	0	51%
<b>TOTAL FF 513</b>		<b>9.881.420</b>	<b>0</b>	<b>8.834.168</b>	<b>8.829.711</b>	<b>1.047.252</b>	<b>1.051.709</b>	<b>4.457</b>	<b>89%</b>

➤ Agrupamento 07 – Aquisição de bens de capital

A componente com maior peso na despesa está associada à aquisição de bens de capital e reflete o pagamento à FERTAGUS dos custos associados ao contrato de prestação de serviços de manutenção do material ferroviário, custos estes que ascenderam aos 6,1 milhões € e se traduzem em investimento realizado.

➤ Agrupamento 03 – Juros e outros encargos

A outra componente relevante da despesa paga, cujo valor se situou nos 2,3 milhões €, está relacionada com os juros do financiamento por via de suprimentos.

➤ Agrupamento 06 - Outras despesas correntes

A despesa registada está relacionada com o pagamento de impostos diversos.

➤ Agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento estão consideradas as despesas com os serviços de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas, ambas indispensáveis ao funcionamento da empresa.

De realçar que a empresa não suporta gastos com pessoal, comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento refletindo o facto de o seu modelo de funcionamento estar assente na utilização partilhada de recursos centralmente geridos pela PARPÚBLICA, o que, face à natureza instrumental da sociedade, tem-se revelado elemento essencial de eficiência.

➤ Agrupamento 09 – Ativos financeiros

Os valores apresentados correspondem à despesa relacionada com a execução do Contrato de Criação de Mercado, com que a SAGESECUR tem vindo a apoiar a Sociedade Gestora, e destinado a assegurar liquidez das UP's do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I. Neste âmbito, havia sido previsto para 2018 um investimento de aproximadamente 0,7 milhões de euros, mas a necessidade de intervenção no mercado por via de aquisição de UP's revelou-se inferior à estimada.

Em suma, no que se refere aos pagamentos efetivos, em 2018 a execução da despesa correspondeu a 89% do orçamentado, sendo a diferença justificada pela menor necessidade de intervenção no mercado através da aquisição de UP's, e o não pagamento do IVA liquidado nas faturas emitidas à FERTAGUS por a empresa ter crédito de imposto de IVA junto da AT.

Cur  
for  
inf

## **2. Gestão do Risco Financeiro**

O risco financeiro resultante da exposição aos mercados financeiros traduz-se essencialmente no risco cambial, no risco de liquidez e no risco de taxa de juro.

Tendo em conta que a sociedade não dispõe, nem prevê vir a dispor, de investimentos ou passivos denominados em outra moeda que não o euro, não está sujeita a risco cambial.

Quanto ao *risco de liquidez*, há a referir que face às orientações conhecidas, que se encontram refletidas nos atuais planos de atividades, não se antecipam necessidades de financiamento a curto ou médio prazo. Caso as mesmas se venham a verificar, o que não se deve excluir dada a natureza instrumental da sociedade, não se antecipam dificuldades na obtenção de fundos, tendo em conta, quer a situação financeira da sociedade, que é sólida e estável, quer o facto da atividade da SAGESECUR ser, historicamente, suportada financeiramente pelos acionistas o que decorre precisamente do seu carácter instrumental, quer ainda porque, tendo em atenção o facto de a sociedade ter passado a ser uma EPR, uma vez aprovado o seu plano de atividades, a cobertura de eventuais necessidades de financiamento que do mesmo decorrerem não poderá ser assegurada diretamente por recurso aos mercados, mas sim por financiamento com origem no OE ou no acionista.

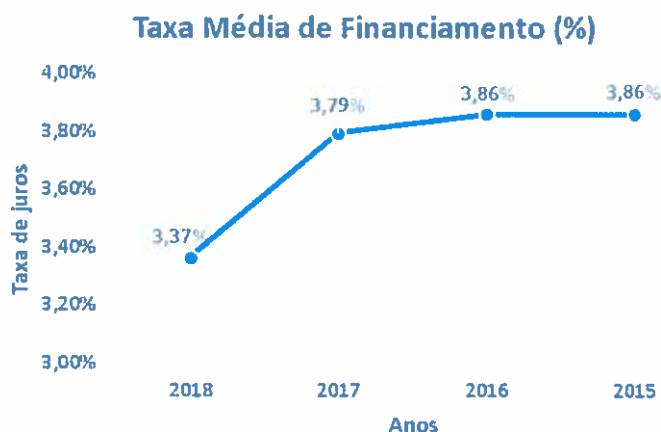
Já o *risco de taxa de juro* é um risco efetivo com impacto sobre os custos de financiamento, na medida em que, não só as taxas de juro cobradas nos suprimentos existentes poderão ser ajustadas em função das condições de financiamento do acionista e das flutuações do mercado, como um eventual financiamento por via do OE terá sempre um custo associado que reflete as condições de financiamento do Estado.

### 3. Limite do Crescimento do Endividamento

Aferição da Variação do Endividamento	2018	2017	2016	2015	Var.	Var.
	Execução	Execução	Execução	Execução	2018/2017	2017/2016
Financiamento Remunerado	58.940.000,00	58.940.000,00	58.940.000,00	62.440.000,00	0,00	0,00
Capital Social ou Capital realizado	22.500.000,00	22.500.000,00	22.500.000,00	22.500.000,00	0,00	0,00
Novos Investimentos (a)	-	-	-	-	-	-
<b>Variação do endividamento</b>					<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>

Como resulta dos números e trajetória apresentados verifica-se que o endividamento da sociedade se tem mantido constante nos últimos três anos. Já no que respeita aos encargos com o financiamento verifica-se que estes têm vindo a diminuir como consequência da redução da taxa de juro dos suprimentos.

Apresenta-se de seguida a evolução dos encargos financeiros e da taxa anual de juros dos suprimentos por referência ao período (2015/2018):



### 4. PMP

Da aplicação dos critérios constantes da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, resulta que em 2018 o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da SAGESECUR foi de 13 dias, verificando-se assim uma redução de 14 dias quando comparado com o PMP de 2017. Esta redução é superior a 50%, e leva o PMP para um patamar em relação ao qual não se antecipa necessidade de um esforço adicional de redução.

PMP	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	13	27	-14	-52%

Já no que respeita a dívidas vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65- A/2011, de 17 de maio, a sociedade não apresenta atrasos nos pagamentos.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. Bens e Serviços	-	-	-	-	-	
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	

### 5. Cumprimento das Recomendações dos Acionistas

Aquando da aprovação das contas referentes ao exercício de 2018 os acionistas não emitiram qualquer tipo de orientação.

As únicas orientações proferidas pelos acionistas foram as orientações estratégicas para o mandato, nos termos já anteriormente apresentados, as quais têm vindo a ser prosseguidas pela gestão.

**6. Remunerações****a) Remuneração dos órgãos sociais****Mesa da Assembleia Geral****Mandato I – Terminado em 2018**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2008-2010	Presidente	José do Espírito Santo Menezes e Teles	311,85	311,85
2008-2010	Secretária	Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem	187,26	187,26
				<b>499,11</b>

**Mandato II – Iniciado em 2018**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Ana Paula da Costa Ribeiro	500	0,00
2018-2020	Secretário	Tiago Manuel Rodrigues Estevinho	350	0,00
				<b>0,00</b>

**Conselho de Administração****Mandato I – Terminado em 2018**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora [O/D]	
2008-2010	Vogal	Ana Paula da Costa Ribeiro	AG	31-03-2008	N	-	D	2
2008-2010	Vogal	Maria Amália Freire de Almeida	CA (1)	09-12-2008	N	-	D	1

Nota (1) - Ratificada em AG de 31/03/2009

Nota: OPRLO- Opção pela Remuneração do Lugar de Origem – prevista no artigo 28º, nº8 do EGP; indicar entidade pagadora (o-Origem / D-Destino)



### Mandato II – Iniciado em 2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora [O/D]	
2018-2020	Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz	DUE	18-06-2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal	Maria Amália Freire Almeida	DUE	18-06-2018	N	-	D	2
2018-2020	Vogal	Mário Manuel Pinto Lobo	DUE	18-06-2018	N	-	D	1

A DUE é de 18/06/2018, no entanto os membros do CA só iniciaram funções a 25/06/2018.

De acordo com a deliberação acionista e com o disposto no estatuto do Gestor Público os membros do conselho de administração não são remunerados. Em consequência o montante anual pago pela sociedade referente a remuneração dos administradores, a qualquer título – remuneração fixa, despesas de representação ou prémio – é nulo.

Os administradores da SAGESECUR, nesta qualidade, também não auferem qualquer remuneração - seja a título de remuneração fixa ou de qualquer outra natureza, como sejam despesas de representação, senhas de presença, prémios, etc. – que seja paga por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a domínio comum.

Relativamente ao regime de incompatibilidades a situação é a seguinte:

### Mandato I – Terminado em 2018

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Ana Paula da Costa Ribeiro	TOMARPOLIS – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, S.A.,	Presidente da Comissão Liquidatária	Público
Ana Paula da Costa Ribeiro	ISOTAL - Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	Administradora	Público
Ana Paula da Costa Ribeiro	Parpública,SGPS,SA.	Apoio Jurídico	Público
Ana Paula da Costa Ribeiro	CostaPolis – Sociedade para o Desenvolvimento do programa Polis na Costa de Caparica, S.A.	Presidente da Comissão Liquidatária	Público
Maria Amália Freire de Almeida	Parpública,SGPS,SA.	Vogal Executiva do CA da Parpública	Público

### Mandato II – Iniciado em 2018

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Miguel Jorge de Campos Cruz	Parpública,SGPS,SA.	Presidente do Conselho de Administração	Público
Miguel Jorge de Campos Cruz	Circuito do Estoril	Presidente do Conselho de Administração	Público
Miguel Jorge de Campos Cruz	Águas de Portugal, SGPS,S.A.	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Público
Maria Amália Freire de Almeida	Parpública,SGPS,SA.	Vogal do Conselho de Administração	Público
Mário Manuel Pinto Lobo	Parpública,SGPS,SA.	Vogal do Conselho de Administração	Público

Face ao já referido, a situação no que respeita à fixação de remunerações para os membros do órgão de administração é a seguinte:

### Mandato I – Terminado em 2018

Membro do CA (Nome)	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	EGP	
			Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Ana Paula da Costa Ribeiro	N	NA	0,00	0,00
Maria Amália Freire de Almeida	N	NA	0,00	0,00

NA: Não aplicável

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2018 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)
Ana Paula da Costa Ribeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
Maria Amália Freire de Almeida	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00

*Handwritten signatures and initials:*  
 C...  
 F...  
 M...



### Mandato II – Iniciado em 2018

Membro do CA (Nome)	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	EGP	
			Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Miguel Jorge de Campos Cruz	N	NA	0,00	0,00
Maria Amália Freire Almeida	N	NA	0,00	0,00
Mário Manuel Pinto Lobo	N	NA	0,00	0,00

NA - Não aplicável

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2018 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)
Miguel Jorge de Campos Cruz	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
Maria Amália Freire Almeida	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
Mário Manuel Pinto Lobo	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00

Para além de não estar prevista a atribuição de remuneração, a qualquer título, os membros do órgão de administração também não beneficiam na sociedade de qualquer natureza de benefícios sociais.

### Mandato I – Terminado em 2018

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago - Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Ana Paula da Costa Ribeiro	0,00	0,00	CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maria Amália Freire de Almeida	0,00	0,00	CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

### Mandato II – Iniciado em 2018

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago - Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Miguel Jorge de Campos Cruz	0,00	0,00	SS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maria Amália Freire Almeida	0,00	0,00	CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mário Manuel Pinto Lobo	0,00	0,00	CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Também não se encontra estabelecida a atribuição de telemóvel ou viatura.

*Conc*  
*MF* *AF*

### Mandato I – Terminado em 2018

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas - 2018								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Ana Paula da Costa Ribeiro	NA	NA	0,00	NA	NA	NA	0	0,00	0,00
Maria Amália Freire de Almeida	NA	NA	0,00	NA	NA	NA	0	0,00	0,00

NA. Não aplicável

### Mandato II – Iniciado em 2018

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas - 2018								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Miguel Jorge de Campos Cruz	NA	NA	0,00	NA	NA	NA	0,00	0,00	0,00
Maria Amália Freire Almeida	NA	NA	0,00	NA	NA	NA	0,00	0,00	0,00
Mário Manuel Pinto Lobo	NA	NA	0,00	NA	NA	NA	0,00	0,00	0,00

NA. Não aplicável

A sociedade não suporta quaisquer despesas associadas a deslocações em serviço ou de qualquer outra natureza, efetuadas pelos administradores.

### Mandato I – Terminado em 2018

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras			
				Identificar	Valor		
Ana Paula da Costa Ribeiro	0,00	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	
Maria Amália Freire de Almeida	0,00	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	

### Mandato II – Iniciado em 2018

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras			
				Identificar	Valor		
Miguel Jorge de Campos Cruz	0,00	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	
Maria Amália Freire Almeida	0,00	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	
Mário Manuel Pinto Lobo	0,00	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	

### Fiscal Único

#### Mandato I – Terminado em 2018

Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
	Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
Fiscal Único Efetivo	Alves da Cunha & Associados, SROC representada pelo Dr. Luís Areal Alves da Cunha	74	20161408	AG	31-03-2008	26-06-2008	-	10,5
Fiscal Único Suplente	Dr. Assunção Dias	517	20160185	AG	31-03-2008	-	-	10,5

Nome ROC/FU	Valor semestral do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)				Valor Anual dos Serviços Adicionais - 2018 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)
Alves da Cunha & Associados, SROC representada pelo Dr. Luís Areal Alves da Cunha	8.136,46	-	-	8.136,46	NA	-	-	-	-
Dr. Assunção Dias	-	-	-	0,00	NA	-	-	-	-
	8.136,46	-	-	8.136,46		-	-	-	-

#### Mandato II – Iniciado em 2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2018-2020	Fiscal Único Efetivo	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes	1202	20160813	DUE	18-06-2018	30-08-2018	-	0,5
2018-2020	Fiscal Único Suplente	Dr. Carlos António Lisboa Nunes	427	20160131	DUE	18-06-2018	-	-	0,5

Nome ROC/FU	Valor semestral do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)				Valor Anual dos Serviços Adicionais - 2018 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes	10.642,92	-	-	10.642,92	NA	-	-	-	-
Dr. Carlos António Lisboa Nunes	-	-	-	0,00	NA	-	-	-	-
	10.642,92	-	-	10.642,92		-	-	-	-

### b) Auditor Externo

A sociedade não dispõe de Auditor Externo

### c) Dos restantes trabalhadores

A SAGESECUR continua a não dispor de quadro próprio de colaboradores e, conseqüentemente, não suporta quaisquer valores a título de encargos com pessoal, pelo que os valores registados nesta rúbrica correspondem, na sua totalidade, aos montantes pagos aos membros da mesa da Assembleia Geral a título de senhas de presença.

## 7. Aplicação dos Artigos 32º e 33º do EGP

A sociedade não atribuiu aos administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, nomeadamente para a realização de despesas ao serviço da empresa. Os administradores não realizaram quaisquer despesas de representação pessoal pelo que não se colocou a questão do seu eventual reembolso.

Não foi atribuído telefone móvel, domiciliário ou internet aos administradores, pelo que não houve quaisquer gastos com comunicações desta natureza.

A sociedade não tem viaturas de serviço, não se verificando quaisquer gastos de combustíveis e portagens.

### Mandato I – Terminado em 2018

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Ana Paula da Costa Ribeiro	NA	0,00 €	
Maria Amália Freire de Almeida	NA	0,00 €	
		0,00 €	

*Carla*  
*PAF* *RA*



Membro do CA (Nome)	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Ana Paula da Costa Ribeiro	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Maria Amália Freire de Almeida	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	

**Mandato II – Iniciado em 2018**

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Miguel Jorge de Campos Cruz	NA	0,00 €	
Maria Amália Freire Almeida	NA	0,00 €	
Mário Manuel Pinto Lobo	NA	0,00 €	
		0,00 €	

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Miguel Jorge de Campos Cruz	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Maria Amália Freire Almeida	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Mário Manuel Pinto Lobo	NA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	

**8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais**

Todas as despesas realizadas encontram-se devidamente documentadas.

**9. Relatório sobre Remunerações**

Não tendo a SAGESECUR quadro de pessoal próprio não existe informação a reportar não sendo por isso aplicável a obrigação de elaboração do Relatório em causa.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### 10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Como já referido a atividade própria da SAGESECUR encontra-se centrada na gestão dos contratos existentes, sendo os eventuais novos negócios diretamente decididos pelos acionistas. Por outro lado, e também como já salientado, a sociedade não dispõe de quadro de colaboradores próprio sendo todos os processos, a todos os níveis, desenvolvidos por colaboradores da PARPÚBLICA, inseridos nas estruturas desta sociedade e dessa forma sujeitos a todos os regulamentos internos adotados pela PARPÚBLICA, seguindo todos os procedimentos, regras e sistemas de controlo estabelecidos e em vigor na mesma.

Relativamente ao exercício de 2018 a SAGESECUR elaborou o Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, o qual sistematiza os princípios em vigor nesta matéria e dá conta da ausência de qualquer situação reportada. O referido Relatório é objeto de divulgação através da plataforma SIRIEF.

### 11. Contratação Pública

Dada a natureza instrumental da atividade da sociedade e o seu enquadramento no Grupo PARPÚBLICA, as contratações efetuadas seguem os procedimentos e normas em utilização na *holding*.

No exercício em apreço, no quadro do contrato de prestação de serviços de manutenção celebrado em 2006, o qual tem um enquadramento específico dada a sua relação com o contrato de concessão existente entre o Estado e a Fertagus, houve um pagamento no valor de 6,1 milhões € (incluindo IVA).

*Luiz*  
*TS* *Luiz*

### 12. Medidas no Âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas

A atividade desenvolvida pela sociedade, a dimensão e natureza das aquisições e o facto dos respetivos procedimentos seguirem as normas em utilização na PARPÚBLICA, não justifica a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

### 13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

(em euros)

PRC	2018 Exec.	2017 Exec.	2016 Exec.	2018/2017	
				D Absol.	Var. %
(0) EBITDA	8.980.714,57	8.244.652,03	8.230.352,85	736.062,54	9%
(1) CMVMC	-	-	-	-	n.d.
(2) FSE	36.455,67	30.533,38	30.257,91	5.922,29	19%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	499,10	499,10	481,02	-	0%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-	-	-	-	n.d.
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	-	-	-	-	n.d.
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20º e 21º da LOE 2017	-	-	-	-	n.d.
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	36.954,77	31.032,48	30.738,93	5.922,29	19%
(5) Volume de Negócios (VN)	7.633.369,92	7.633.369,92	7.633.369,92	-	0%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	0%	0%	0%	0%	
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	-	-	-	-	n.d.
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	-	-	-	-	n.d.
(iii) Gastos com Ajudas de Custo (G c/ Pessoal)	-	-	-	-	n.d.
(iv) Gastos com as Viaturas	-	-	-	-	n.d.
TOTAL = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	-	-	-	-	n.d.
Número Total de RH (OS+CD+ Trabalhadores)	3,00	2,00	3,00	1,00	50%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3,00	2,00	3,00	1,00	50%
N.º Cargos de Direção (CD)	-	-	-	-	n.d.
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	-	-	-	-	n.d.
N.º Trabalhadores / N.º CD	-	-	-	-	n.d.
N.º de Viaturas	-	-	-	-	n.d.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20º e 21º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Dadas as características da atividade e a ausência de uma estrutura operacional própria, os custos operacionais da sociedade limitam-se aos encargos legais e obrigatórios, pelo que a aplicação das regras referentes à redução de gastos operacionais se encontra limitada às que incidem sobre as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único, nos termos que são objeto de detalhe no ponto relativo a remunerações.

Ao analisar a evolução do EBITDA constante do quadro acima, dever-se-á ter presente que as variações de justo valor poderão ocasionalmente ter um impacto que pode enviesar, em determinado momento, a sua interpretação.

### 14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades de tesouraria da SAGESECUR encontram-se depositadas na conta aberta junto do IGCP, mantendo-se fora desta instituição apenas as contas e os saldos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratualmente estabelecidas no âmbito dos investimentos em UP's, situação que foi objeto de autorização específica por parte daquela entidade, nos termos previstos na lei.

As aplicações financeiras são, na sua totalidade, efetuadas no IGCP.

unidade: €

Banca Comercial *	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BPI - Banco BPI, S.A.	2.279,38	2.274,18	2.263,78	2.507,62
CGD - Caixa Geral de Depósitos***	9.438,68	8.382,35	1.399,97	-
Caixa Banco de Investimento	511.805,31	338.770,68	317.543,40	523.908,49
<b>TOTAL</b>	<b>523.523,37</b>	<b>349.427,21</b>	<b>321.207,15</b>	<b>526.416,11</b>
Juros Auferidos **	-	-	-	-

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias

\*\* - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 01/01/2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

\*\*\* conta cancelada no 4º trimestre de 2018



A SAGESECUR, passou a estar obrigada ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado após a publicação do DL nº 33/2018, de 15 de maio, mas já anteriormente concentrava as suas disponibilidades de tesouraria no IGCP. Fora do IGCP apenas tem mantido as contas e os valores indispensáveis ao cumprimento de obrigações contratuais assumidas no âmbito da sua atividade relacionada com investimentos em UP's. Em 2018, a SAGESECUR entregou ao Estado a totalidade dos rendimentos obtidos em 2017 relativos aos saldos mantidos fora do IGCP.

Não obstante a conta existente junto da CGD fosse relevante no quadro dos contratos existentes, a Sagesecur diligenciou as alterações necessárias e procedeu ao seu encerramento em 2018.

## **15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas**

A sociedade não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas nos últimos três anos pelo que não foi objeto de qualquer tipo de recomendações por parte daquela entidade de supervisão.

### 16. Informação divulgada no sítio da internet do SEE

Informação a constar do site SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2010	
Caracterização da Empresa	S	2015	
Função de tutela e acionista	S	2015	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	2018	
- Identificação dos órgãos sociais	S		Última atualização 18/06/2018
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		O.S. não remunerados
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		O.S. não remunerados
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2018	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2018	
Esforço Financeiro Público	S	31-12-2018	
Ficha Síntese	S	31-12-2018	
Informação Financeira histórica e atual	S	31-12-2018	
Princípios de Bom Governo	S	RGS	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	RGS	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	RGS	
- Outras transações	S	RGS	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	RGS	
Económico	S	RGS	
Social	S	RGS	
Ambiental	S	RGS	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	RGS	
- Código de Ética	S	10-05-2018	

### 17. Cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das obrigações legais, foi preenchido o quadro infra:

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprido	Quantificação / Identificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	S/N/A		
Objetivos de Gestão:			
<u>Objetivo 1</u>			
<u>Objetivo 2</u>	S		Ver ponto 1.1 - objetivos não quantificados
<u>Objetivo 3</u>			
Metas a atingir constante no PAO 2018			
Princípios Financeiros de Referência	S		
Investimento			Ver ponto 1.1.i
Gastos com pessoal			Ver ponto 1.1.ii
Grau de Execução do Orçamento carregado no SIGO/SIOE	S		Ver ponto 1.1.iv
Gestão do Risco Financeiro		Tx média de financiamento: 3,37%	
Limites de Crescimento do Endividamento		Var. endividamento: 0%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-14 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		0,00 €	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			
Recomendações 1	S		ver ponto 1.5
Recomendações 2			
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2018	S	Total da Redução Remuneratória: 0€	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2018	N/A		
Auditor Externo - redução e reversão remuneratória vigentes em 2018	N/A		A empresa não tem colaboradores.
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	N/A		A empresa não tem colaboradores.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do art. 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	N/A		A empresa não tem colaboradores.
EGP - Artigo 32.º e 33.º			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver ponto 1.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do DL 133/2013 e art. 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas	S		Ver ponto 1.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N/A		Ver ponto 1.9
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	A empresa não tem site	Ver ponto 1.10
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	N/A		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N/A		Ver ponto 1.11
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N/A		

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprida	Quantificação / Identificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	S/N/N.A		
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendação 1	N/A		Ver ponto I.15
Recomendação 2...			
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	N/A		
Gastos com Viaturas	N/A		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		ver ponto I.13
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N/A	% disponibilidades em 31.12.2018: 5 898 049,72€	Ver ponto I.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N/A	Saldo em 31.12.2018: 526 416,11€	
Juros auferidos em incumprimentos da UTE e entregues em Receita ao Estado	N/A	0,00 €	

## II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2018

Atividade desenvolvida pela SAGESECUR durante o ano de 2018, na ausência da identificação de novas oportunidades de negócio no âmbito do seu objeto e da sua missão instrumental, continuou centrada no acompanhamento dos negócios anteriormente contratados, o que significa que a gestão se manteve focada nas seguintes áreas de atividade:

### i) Investimentos financeiros

A carteira da SAGESECUR, no final de 2018, era constituída por UP's de dois fundos de investimento imobiliários – Fundo Fundiestamo I e Imopoupança - ambos geridos pela Fundiestamo, sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário que integra o Grupo PARPÚBLICA.

A 31 de dezembro de 2018 o valor global da carteira ascendia aos 10,2 milhões €, valor que representa uma diminuição de 72% face ao registado no final do ano anterior. Esta variação é justificada pela liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo, ocorrida em abril de 2018.

*Cine*  
*YDF* *ml*

*a. UP's do Fundo ImoPoupança*

No final do período em análise a carteira da SAGESECUR integrava 1.970 UP no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto - Imopoupança, número idêntico ao dos anos anteriores. O valor destas UP, cerca de 11 milhares de euros, manteve a tendência que se tem verificado nos últimos anos registando um crescimento de 4,1%.

*b. UP's do Fundo Fundiestamo I*

O Contrato de Criação de Mercado celebrado entre a SAGESECUR e o Caixa - BI tem como objetivo assegurar liquidez no mercado secundário das UP do *Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I*. Em execução deste contrato, ao longo do ano de 2018 a SAGESECUR adquiriu 520 UP, número superior às adquiridas no ano transato, 323 UP. As aquisições efetuadas em 2018 significaram um investimento adicional de 364,3 milhares €.

No final do exercício em análise eram 9.613 as UP detidas pela SAGESECUR neste fundo as quais estavam valorizadas em 10,2 milhões €.

ii) **Gestão dos contratos relativos a bens de equipamento**

A principal componente do ativo da SAGESECUR continua a ser constituída pelo material circulante em utilização no eixo ferroviário Norte-Sul no âmbito da concessão atribuída pelo Estado à FERTAGUS. Estes bens de equipamento foram objeto de um contrato de aluguer operacional, celebrado em 2006 com a FERTAGUS. Adicionalmente foi também celebrado um outro contrato, este referente à prestação pela FERTAGUS dos serviços de manutenção daquele material, contrato que inclui o valor global dos custos a suportar pela SAGESECUR, fixado em 18,3 milhões de euros, ao qual acresce o IVA, e o respetivo calendário de pagamentos.

A vigência destes contratos, que inicialmente se previa terem o seu término em 2010, viria a ser alargada por mais 9 anos, estando esta alteração diretamente associada à prorrogação do contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Fertagus, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 138-B/2010, de 28 de dezembro. Para além do prazo de vigência foi também contratualizada a antecipação das datas das grandes intervenções

de manutenção a efetuar no equipamento e dos respetivos pagamentos, tendo como contrapartida uma compensação financeira devida à SAGESECUR pela antecipação das verbas destinadas a suportar os custos das intervenções de manutenção técnica face ao que havia sido inicialmente acordado. Esta compensação financeira foi definida tendo como referência o custo de financiamento da SAGESECUR e, tal como contratualmente previsto, é objeto de ajustamento face à redução ocorrida dos juros cobrados pelos acionistas sobre os suprimentos concedidos.

No âmbito da execução destes contratos, durante o ano de 2018 a SAGESECUR recebeu da Fertagus o montante de 7.892,4 milhares €, sendo 7.633 milhares € a título de rendas pelo aluguer operacional do material circulante, e 259 milhares € referentes à referida compensação financeira. Por outro lado, em 2018 a SAGESECUR procedeu ao pagamento de serviços de manutenção no montante de 6.156 milhares €, incluindo IVA, o que corresponde ao reforço do investimento associado a esta atividade.

Os contratos de locação e de prestação de serviços de manutenção têm um prazo de vigência que termina no final de 2019, em sintonia com o prazo da própria concessão de que é titular a Fertagus. Nestes termos, durante o ano de 2019 deverão ser tomadas pelo Estado decisões quanto ao futuro da concessão as quais terão impacto direto na gestão desta componente do ativo da SAGESECUR. Embora a SAGESECUR não seja parte diretamente envolvida na renegociação da concessão, desde 2018 que têm sido desenvolvidas as diligências possíveis para a salvaguarda dos interesses patrimoniais da sociedade no contexto da definição das condições a vigorar no novo período da concessão. Assim, o acompanhamento da evolução desta matéria é um dos principais objetivos da gestão para o corrente exercício.

### III. FINANCIAMENTO

---

Um dos objetivos da administração tem sido o de proceder a uma gestão rigorosa o que tem vindo a permitir a consolidação da estrutura de financiamento da sociedade traduzida no reforço dos seus capitais próprios.



No final do exercício o Ativo da SAGESECUR ascendia aos 92.919,6 milhares €, apresentando um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior essencialmente por efeito da evolução positiva do valor da carteira de ativos financeiros. A liquidação do Fundo Estamo teve um efeito relativamente neutro no total do Ativo na medida em que no âmbito da respetiva liquidação à amortização das UP's correspondeu a entrega de ativos detidos pelo Fundo.

O financiamento da sociedade através de capitais alheios continua a ser assegurado em exclusivo pelos acionistas, agora pelo acionista único, mediante a atribuição de suprimentos, cujo valor global em dívida no final do ano atingia os 58,9 milhões €. Um dos principais objetivos da gestão tem sido o de acelerar a amortização dos valores em dívida principalmente tendo em atenção, entre outros fatores, o custo que lhe está associado. Em 2018 o valor suportado a título de juros (1,9 milhões €) representa 26% das vendas e prestações de serviços, o que justifica a manutenção da linha de orientação que vem sendo seguida de afetar as disponibilidades de tesouraria, embora limitadas pela natureza de longo prazo dos investimentos, à amortização de suprimentos. No entanto, face aos constrangimentos orçamentais decorrentes nomeadamente da sua integração no perímetro das administrações públicas, em 2018 não foi possível proceder a qualquer amortização do endividamento. Também a incerteza quanto à necessidade de novos investimentos relacionados com o material circulante no quadro de um novo período contratual a iniciar em 2020, condiciona eventuais decisões que limitem as disponibilidades de tesouraria.

No final do exercício 34% do Ativo era financiado por capitais próprios, percentagem idêntica à verificada no final de 2017.

#### **IV. RESULTADOS OBTIDOS EM 2018**

---

O ano de 2018 encerrou com um resultado positivo de 1.712 milhares €, representando uma melhoria significativa em relação aos 789,6 milhares de euros registados em 2017.

A melhoria do Resultado Líquido traduz o efeito conjugado das seguintes situações:

- a variação do justo valor das UP's do Fundo Fundiestamo I superou o verificado no ano anterior em 289,7 milhares de euros, por efeito essencialmente das aquisições efetuadas;
- reversão de perdas de imparidade do material circulante no montante de 653 milhares de euros, superior em 414,8 milhares de euros à registada em 2017;
- Incremento de 458 milhares de euros em Outros rendimentos e ganhos, refletindo essencialmente o proveito registado com a extinção do Fundo Estamo e o aumento da compensação paga pela Fertagus como contrapartida da antecipação das intervenções de manutenção;
- A diminuição dos gastos financeiros em cerca de 252 milhares de euros;
- A diminuição dos gastos com depreciações do material circulante, refletindo uma revisão do cálculo da depreciação anual, bem como a depreciação total de algumas componentes;

Em sentido inverso há a referir o aumento dos gastos com impostos diferidos, refletindo o desreconhecimento de parte dos ativos por impostos diferidos, atendendo ao período de 5 anos para utilização dos prejuízos fiscais gerados neste exercício.

## V. PERSPETIVAS PARA 2019

---

Tendo em atenção, em particular, a natureza instrumental da sociedade, o objetivo imediato da gestão é garantir o adequado cumprimento do seu atual plano de negócios e dos contratos existentes, salvaguardando sempre os interesses da sociedade e o cumprimento adequado e atempado de todas as suas obrigações, aguardando, se for esse o caso, a orientação dos acionistas quanto à oportunidade e forma de intervenção da sociedade em novos negócios.

Tendo em atenção que os contratos existentes que envolvem a principal componente do Ativo têm prazos de vigência que terminam no final de 2019, e que estes contratos

*Luiz*  
TAF



estão intimamente associados à concessão do transporte ferroviário de passageiros no eixo ferroviário Norte\Sul o acompanhamento do processo tendente à definição do futuro desta concessão é o principal objetivo da gestão, embora a SAGESECUR não seja parte nesse processo, que é conduzido diretamente pelo Estado.

### VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, tendo em atenção a forma como o lucro foi gerado, que no essencial qualifica o resultado como não distribuível (1.451.924,76 €), propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no valor de 1.712.125,04 €, seja transferido para Reserva Legal e Resultados Transitados nos montantes de 85.606,25€ e 1.626.518,79€, respetivamente.

Lisboa, em 28 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,



*Miguel Jorge de Campos Cruz*

**Presidente**



*Maria Amália Freire de Almeida*

**Vogal**



*Mário Manuel Pinto Lobo*

**Vogal**



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Rubricas	Notas	Posição	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	47.439.561,93	46.816.338,83
Outras contas a receber	7	27.160.164,64	0,00
Ativos por impostos diferidos	8	582.402,20	1.476.947,51
		<b>75.182.128,77</b>	<b>48.293.286,34</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	9	809.083,23	794.392,47
Estado e outros entes públicos	10	275.277,60	874.335,07
Ativos financeiros de negociação	6	10.228.660,23	9.299.261,70
Outros activos financeiros	6	0,00	26.953.870,14
Caixa e depósitos bancários	11	6.424.465,83	5.286.200,93
		<b>17.737.486,89</b>	<b>43.208.060,31</b>
Total do Ativo		<b>92.919.615,66</b>	<b>91.501.346,65</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital		22.500.000,00	22.500.000,00
Reservas legais		1.583.873,81	1.544.390,11
Outras reservas		83.244,56	83.244,56
Resultados transitados		6.106.254,57	10.942.475,54
Ajustamentos de JV de activos correntes disponiveis para venda		-	-5.558.539,60
		<b>30.273.372,94</b>	<b>29.511.570,61</b>
Resultado líquido do periodo		1.712.125,04	789.673,92
Total do capital próprio	12	<b>31.985.497,98</b>	<b>30.301.244,53</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	13	58.940.000,00	58.940.000,00
		<b>58.940.000,00</b>	<b>58.940.000,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	0,00	2.583,00
Outras contas a pagar	15	1.994.117,68	2.257.519,12
		<b>1.994.117,68</b>	<b>2.260.102,12</b>
Total do Passivo		<b>60.934.117,68</b>	<b>61.200.102,12</b>
Total do Capital Próprio e do Passivo		<b>92.919.615,66</b>	<b>91.501.346,65</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	16	7.633.369,92	7.633.369,92
Fornecimentos e serviços externos	17	-36.455,67	-30.533,38
Gastos com pessoal	18	-499,11	-499,11
Aumentos/reduções de justo valor	19	567.164,04	277.455,19
Outros rendimentos e ganhos	20	822.715,74	364.860,41
Outros gastos e perdas		-5.580,35	-1,00
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>8.980.714,57</b>	<b>8.244.652,03</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-5.035.059,44	-5.410.261,79
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	5	652.930,27	238.127,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.598.585,40</b>	<b>3.072.517,72</b>
Juros e gastos similares suportados	21	-1.983.920,39	-2.236.183,60
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.614.665,01</b>	<b>836.334,12</b>
Imposto s/ rendimento do período	22	-902.539,97	-46.660,20
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.712.125,04</b>	<b>789.673,92</b>





## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Unidade: Euro

Rubricas	2018	2017
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1.712.125,04</b>	<b>789.673,92</b>
<b>Outro Rendimento integral</b>		
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-28.514,34	530.446,60
Outras alterações	642,75	-
	<b>1.684.253,45</b>	<b>1.320.120,52</b>
<b>Rendimento integral</b>	<b>1.684.253,45</b>	<b>1.320.120,52</b>
<b>Atribuição do rendimento integral</b>		
Detentores do capital	1.355.824,03	1.062.697,02
Interesses minoritários	328.429,42	257.423,50

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade: Euro

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período		Total
Posição em 01-01-2017	1	22.500.000,00	1.544.390,11	83.244,56	12.146.655,67	-6.088.986,20	-1.204.180,13	28.981.124,01	28.981.124,01
Alterações no período									
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	2	0,00	0,00	0,00	0,00	530.446,60	0,00	530.446,60	530.446,60
Resultado líquido do período	3						789.673,92	789.673,92	789.673,92
Rendimento integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	530.446,60	789.673,92	1.320.120,52	1.320.120,52
Operações com detentores de capital									
Aplicação de resultados	5	0,00	0,00	0,00	-1.204.180,13	0,00	1.204.180,13	0,00	0,00
Posição em 31-12-2017	6=4+5	22.500.000,00	1.544.390,11	83.244,56	10.942.475,54	-5.558.539,60	789.673,92	30.301.244,53	30.301.244,53

Unidade: Euro

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período		Total
Posição em 01-01-2018	1	22.500.000,00	1.544.390,11	83.244,56	10.942.475,54	-5.558.539,60	789.673,92	30.301.244,53	30.301.244,53
Alterações no período									
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	-28.514,34	0,00	-28.514,34	-28.514,34
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	-5.586.411,19	5.587.053,94	0,00	642,75	642,75
Resultado líquido do período	3						1.712.125,04	1.712.125,04	1.712.125,04
Rendimento integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	-5.586.411,19	5.558.539,60	1.712.125,04	1.684.253,45	1.684.253,45
Operações com detentores de capital									
Aplicação de resultados	5	0,00	39.483,70	0,00	750.190,22	0,00	-789.673,92	0,00	0,00
Posição em 31-12-2018	6=4+5	22.500.000,00	1.583.873,81	83.244,56	6.166.254,57	-5.558.539,60	1.712.125,04	31.985.497,98	31.985.497,98

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Ano de 2018	Ano de 2017
<b>Atividades Operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes	9.370.975,37	9.389.045,01
Pagamentos a fornecedores	-37.747,17	-30.111,13
Pagamentos ao pessoal	-499,11	-499,11
<i>Caixa gerada pelas Operações</i>	<b>9.332.729,09</b>	<b>9.358.434,77</b>
Pagamento/Recebimento Imposto s/rendimento	-64.999,19	-5.780,13
Outros recebimentos/pagamentos relat à ativ operacional	-34.250,94	-1.993.045,71
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	<b>9.233.478,96</b>	<b>7.359.608,93</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	11.408,54	0,00
Juros e rendimentos similares	331.807,32	250.128,01
	<b>343.215,86</b>	<b>250.128,01</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-364.328,92	-238.463,23
Ativos fixos tangíveis	-6.156.583,29	-5.300.000,00
	<b>-6.520.912,21</b>	<b>-5.538.463,23</b>
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	<b>-6.177.696,35</b>	<b>-5.288.335,22</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	-2.236.183,60	-2.412.605,05
	<b>-2.236.183,60</b>	<b>-2.412.605,05</b>
Recebimentos respeitantes a:		
Juros e ganhos similares	318.665,89	140.961,19
	<b>318.665,89</b>	<b>140.961,19</b>
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	<b>-1.917.517,71</b>	<b>-2.271.643,86</b>
Variações de caixa e seus equivalentes	1.138.264,90	-200.370,15
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>5.286.200,93</b>	<b>5.486.571,08</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6.424.465,83</b>	<b>5.286.200,93</b>

## NOTAS

### 1. Apresentação da empresa e do referencial de relato financeiro

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A., foi constituída pelo Decreto-Lei nº 209/2000, de 2 de setembro com a denominação SAGESECUR - Sociedade de Titularização de Créditos, não tendo exercido atividade até meados de 2004.

A sociedade tem o capital social de 22.500.000,00 €, representado por 4.500.000 ações de 5€, estando totalmente realizado. A 31 de dezembro de 2018 era detido em 80,5% pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S. A. e em 19,5% pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, participação esta que corresponde à posição que a 31 de dezembro de 2017 era detida pela PARCAIXA

Além de modificação na designação, a sociedade teve já alterações no objeto social, o qual consiste na aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como na administração dos valores mobiliários adquiridos, incluindo a conceção, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores mobiliários.

Presentemente, a empresa detém como ativo não corrente essencialmente o material circulante que opera no eixo ferroviário norte-sul, alugado à FERTAGUS.

A empresa apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE). As IFRS foram adotadas em 01 de janeiro de 2010 por opção em relação ao Sistema de Normalização Contabilística, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

As presentes demonstrações financeiras respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em euros. São incluídas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA, SGPS, S. A.

## 2. Alterações nas políticas contabilísticas

### 2.1 Normas alteradas e introduzidas na UE com eficácia nos períodos iniciados em 01 de janeiro de 2018 ou posteriormente

#### 2.1.1 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2018

➤ **Adoção da IFRIC 22: Transações em Moeda Estrangeira e Retribuição Antecipada (Regulamento 2018/519, de 28 de março de 2018)**

A IFRIC 22 estabelece a data da transação como o fator determinante para o cálculo a taxa de câmbio a usar nas contraprestações pagas ou recebidas em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

➤ **Transferências de Propriedades de Investimento – Alterações à IAS 40 (Regulamento 2018/400, de 14 de março de 2018)**

As alterações à IAS 40 -Propriedades de Investimento- vêm clarificar que a transferência de ativos só pode ser efetuada quando existe comprova da sua alteração de uso, sendo que a alteração de decisão da gestão não é suficiente para ser efetuada a transferência. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

➤ **Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações – Alterações à IFRS 2 (Regulamento 2018/289, de 26 de fevereiro)**

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

➤ **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro de 2018)**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS: Esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19.
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados, de forma individual, ao justo valor. A melhoria refere ainda que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação que essas associadas ou empreendimentos conjuntos têm nas

suas próprias subsidiárias, na aplicação do MEP (método de equivalência patrimonial)

- **Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros – Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)**

Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações das entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da entrada em vigor da IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estas alterações são aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)**

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma tais como: a) a determinação das obrigações de desempenho de um contrato; b) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual; d) seleção de novos regimes transitórios previstos para implementação da IFRS 15. Estas clarificações são aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A entrada em vigor das alterações supramencionadas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## 2.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2019

➤ **Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa (Regulamento 2018/498, de 22 de março de 2018)**

Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

➤ **IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)**

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos; e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

➤ **Adoção da IFRIC 23: Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento (Regulamento 2018/1595, de 23 de outubro)**

Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. Esta interpretação será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

## 2.2 Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

➤ **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**  
Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.
- **IFRS 17: Contratos de Seguros**  
A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos**  
Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017**  
Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos
  - IAS 12 Impostos sobre o rendimento
  - IAS 23 Custos de empréstimos obtidos
- Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IAS 19: Alteração, reduções ou liquidação de plano de benefícios definidos**  
Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a remensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Alterações às referências para a Estrutura Concetual das IFRS revista**  
Em março de 2018 o IASB procedeu à revisão da Estrutura Concetual das IFRS. Para as entidades que usam a Estrutura Concetual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma IFRS se aplica a uma determinada transação particular, a Estrutura Concetual revista é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As necessárias alterações às diversas IFRS decorrentes da revisão da Estrutura Concetual foram também já emitidas pelo IASB estando essa alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
  
- **Alterações à IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais (emitida pelo IASB em 22out18)**  
Estas alterações à IFRS 3 vêm aperfeiçoar a definição de concentração de atividade empresarial, ajudando as entidades a determinar se uma determinada aquisição efetuada se refere de facto a uma atividade empresarial ou apenas a um conjunto de ativos. Para além da alteração da definição, esta alteração vem providenciar algumas orientações adicionais. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
  
- **Alterações à IAS 1 e à IAS 8: Definição de Material (emitida pelo IASB em 31out18)**  
Estas alterações à IAS 1 e à IAS 8 vêm atualizar a definição de “material”, de forma a facilitar os julgamentos efetuados pelas entidades sobre a materialidade. A definição de “material”, um importante conceito contabilístico nas IFRS, ajuda as entidades a decidir sobre se a informação deverá ser ou não incluída nas demonstrações financeiras. As alterações clarificam a definição de “material” e a forma como a mesma deverá ser utilizada através da inclusão na definição de orientações que até ao momento não faziam parte das IFRS. Adicionalmente, as explicações que acompanham essa definição foram aperfeiçoadas. Por último, as alterações efetuadas asseguram que a definição de “material” é consistente ao longo de todas as IFRS. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Da apreciação às alterações das normas que entrarão em vigor nos próximos exercícios, não se antecipam impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

### 3. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas aplicadas

#### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 01-01-2004 estão mensurados pelo *deemed cost* e os que sejam adquiridos posteriormente, pelo custo de aquisição.

As despesas subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidas como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente dos ativos são reconhecidas como gasto.

Os ativos fixos tangíveis são subsequentemente mensurados pelo modelo do custo, pelo qual são deduzidas as depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

Se, pela aplicação da IAS 36, existirem indícios de que um ativo, ou a unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida, com efeitos nos resultados, perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o seu valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento da sua alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho, ou a perda, decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, sendo determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

### 3.2. Ativos financeiros emitidos por terceiros

Os ativos financeiros da Sage secur são classificados nas categorias que abaixo se descrevem, de acordo com a IFRS 9:

**Ativos financeiros ao custo amortizado:** Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

**Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida:** Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

**Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados:** Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados

pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

**Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio:** Conforme referido no parágrafo anterior, no reconhecimento inicial, uma entidade pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio dentro do âmbito da IFRS 9 que não seja detido para negociação nem retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos cash-flows contratuais inerentes ao mesmo. No caso das UP são aplicáveis as categorias “Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados” e de “Ativos Financeiros ao Justo Valor através do Outros Rendimento Integral para Investimento em Instrumentos de Capital Próprio”.

As unidades de participação em fundos de investimento para as quais se preveja detenção prolongada estão classificadas como ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio, sendo mensuradas pelo justo valor. As alterações no justo valor são reconhecidas diretamente no capital próprio, em rubrica de outro rendimento integral, e mantem-se no capital próprio aquando do desreconhecimento do ativo.

As unidades de participação em fundos para as quais não se pretenda a detenção prolongada são classificadas e mensuradas como ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A SAGESECUR avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e confirmando-se, determina os fluxos de caixa futuros descontados com vista a apurar se existe perda a reconhecer ou a reverter, se não for instrumento de capital próprio.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram, (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, a sociedade não reteve o controlo sobre esse ativo.

A Sagesecur não teve qualquer efeito significativo pela aplicação da IFRS 9 nas suas Demonstrações Financeiras.

### 3.3. Contas a receber

As dívidas de terceiros desta natureza são mensuradas inicialmente pelo justo valor resultante da transação que as origina e subsequentemente pelo custo, ou custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade baseadas na estimativa dos fluxos de caixa atualizados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é efetuado se houver evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos



acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou falha sucessiva de pagamentos, são de considerar indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Como equivalentes de caixa são apresentados investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### 3.5. Financiamentos obtidos e contas a pagar

Os suprimentos e as dívidas a terceiros são mensurados inicialmente pelo justo valor resultante da transação que as origina e subsequentemente pelo custo, ou custo amortizado pelo método do juro efetivo.

#### 3.6. Gastos e Perdas e Rendimentos e Ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

##### *Rendimentos do aluguer operacional*

O rendimento obtido ao abrigo do contrato de locação operacional é mensal e constante, sendo reconhecido em função do período a que respeita.

##### *Juros e rendimentos similares*

O rendimento proveniente de ativos que produzam juros e remunerações similares é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a sociedade e a quantia possa ser fiavelmente mensurada. O rendimento proveniente desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; e
- Os rendimentos de unidades de participação são reconhecidos no momento da atribuição.

Com  
AF  
AF



### *Custos com empréstimos*

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são integralmente reconhecidos como gastos do período em que sejam incorridos, com respeito pela periodização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa do juro efetivo, visto não haver requisitos para capitalização no custo de ativos nos termos da IAS 23.

### **3.7. Impostos sobre o rendimento**

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes relativos ao resultado do período e os impostos diferidos expressando quantias dedutíveis ou pagáveis no futuro por diferenças entre valores contabilísticos e bases fiscais ou direito de reporte de prejuízos ou a créditos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, se possam compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto e possam ser compensados.

### **3.8. Juízos de valor e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer julgamentos e estimativas e a utilização de pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As áreas que envolvem um maior nível de complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, a requerer juízos de gestão, são as seguintes:

- (i) Determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e definição do método de depreciação;
- (ii) Determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade;
- (iii) Análise de indícios de imparidade em ativos fixos tangíveis e investimentos financeiros e de incobrábilidade de créditos;
- (iv) Determinação de ativos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos.

## **4. Perspetiva sobre os riscos da empresa**

Sobre os principais tipos de riscos financeiros considera-se o seguinte:

- (i) **Risco cambial** – não aplicável por não existirem instrumentos financeiros denominados ou indexados a moedas diferentes do euro;
- (ii) **Risco de taxa de juro** – existe para a empresa quanto aos suprimentos obtidos, pela possibilidade de os acionistas alterarem as taxas de juro, mas não constitui risco para os acionistas por resultar apenas em alteração no tipo de rendimento obtido, podendo criar valor pelo efeito fiscal;

- (iii) **Risco de preço (justo valor)** – existe para os investimentos financeiros em função das alterações nos preços de mercado;
- (iv) **Risco de liquidez** - não são expectáveis dificuldades na obtenção de fundos e, consequentemente nível elevado de risco associado, pois as operações podem ser suportadas, caso necessário, pelo acionista ou pelo Estado dada a natureza de EPR da sociedade.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis e Imparidade

Os saldos e os movimentos na quantia escriturada em 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
<b>Ativo Bruto</b>		
Saldo Inicial	101.713.559,32	97.404.616,23
Adições	5.005.352,27	4.308.943,09
Saldo Final	106.718.911,59	101.713.559,32
<b>Depreciações Acumuladas</b>		
Saldo Inicial	53.066.530,28	47.656.268,49
Adições	5.035.059,44	5.410.261,79
Saldo Final	58.101.589,72	53.066.530,28
<b>Perdas de imparidade Acumuladas</b>		
Saldo Inicial	1.830.690,21	2.068.817,69
Reversão de Imparidade	-652.930,27	-238.127,48
Saldo Final	1.177.759,94	1.830.690,21
<b>Quantia escriturada</b>	<b>47.439.561,93</b>	<b>46.816.338,83</b>

Os ativos fixos tangíveis respeitam ao material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul, incluindo peças sobressalentes cujo valor anteriormente constava como adiantamento, adquirido em estado de uso em 30-06-2006 à FERTAGUS e de imediato alugado a esta empresa.

O prazo do contrato de aluguer, que terminava em 31 de dezembro de 2010, foi automaticamente prorrogado por mais nove anos, conforme previsto no nº 6.3 da cláusula 6 do mesmo, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 138-B/2010, de 28 de dezembro, que prorrogou o contrato de concessão celebrado entre o Estado e a FERTAGUS.

A taxa de depreciação anual para o material circulante existente à data da aquisição à FERTAGUS é de 4,33% e a taxa de depreciação das peças sobressalentes adquiridas posteriormente pela FERTAGUS é de 5,4%, correspondentes à vida útil remanescente (até 30-06-2029) que resulta do período de 30 anos considerado para aquele material em estado de novo no início da concessão. Este plano de depreciações implica que no final do período de prorrogação do contrato o material tenha quantia escriturada correspondente ao período de vida útil remanescente.

Tal como no ano anterior, efetuou-se o teste de imparidade ao material circulante como unidade geradora de caixa (UGC), com os seguintes pressupostos:

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

- O justo valor menos os custos de alienação da UGC não é determinável porque se trata de ativos que servem e estão subordinados ao contrato de concessão de operação no eixo ferroviário norte-sul de que a SAGESECUR não é parte, do que resulta que a quantia recuperável tenha de ser baseada exclusivamente no valor de uso, estando-se nas condições previstas pela IAS 36.20;
- Os fluxos de caixa ao longo dos anos de prorrogação do contrato são os relativos a receitas dos alugueres e a despesas com as revisões;
- O fluxo de caixa no fim do contrato de aluguer corresponde à quantia escriturada dos ativos da UGC nessa altura porque o período de depreciação tem em conta o número de anos de vida técnica do material circulante e porque as revisões asseguram as condições normais desse material ao longo da sua vida;
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa poderá ser a taxa de juro dos suprimentos (2018: 2,947%; 2017: 3,366%) porque esta UGC corresponde a uma atividade em que o Grupo entrou instrumentalmente e que está ligada a um contrato de concessão envolvendo o Estado.

Concluiu-se que a UGC tem valor de uso de 47.439.561,93 € a comparar com a quantia escriturada de 46.786.631,66 €, pelo que foi reconhecida uma reversão de imparidade no valor de 652.930,27 €. Este acréscimo do valor de uso é explicado essencialmente pela descida da taxa de juro de suprimentos compensada parcialmente pela acrescida intensidade do uso do equipamento com a conseqüente antecipação das grandes reparações previstas no plano de manutenção.

## 6. Investimentos Financeiros e Ativos Financeiros para Negociação

Como ativos financeiros adquiridos estão considerados:

Ativos financeiros	31-12-2018			31-12-2017		
	N.º títulos	Corrente	Não corrente	N.º títulos	Corrente	Não corrente
<b>Ao justo valor através de resultados</b>						
UP do Fundo Fundiestamo I	9.613	10.217.809,59		9.095	9.288.839,92	-
UP do Fundo ImoPoupança	1.970	10.850,64		1.970	10.421,78	-
		10.228.660,23	0,00		9.299.261,70	-
<b>Outros ativos financeiros</b>						
UP do Fundo Estamo	0	0,00		3.399	26.953.870,14	-
		0,00	0,00		26.953.870,14	-

Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor das UP do Fundo Fundiestamo I, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez assumido pela própria SAGESECUR, identificaram-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente, o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta técnica é mais representativa do justo valor destas UP.

O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final do ano de 2018.

Em abril de 2018 foi aprovada a extinção do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo (Fundo Estamo). Este processo teve início em janeiro de 2017 e, por razões alheias à SAGESECUR e unicamente relacionadas com a gestão do Fundo, apenas terminou em 2018.

## 7. Outras contas a Receber

O valor de 27,2 milhões € é referente a um crédito que a Sagesecur detém sobre a Estamo, resultante da partilha dos ativos e passivos do Fundo Estamo, na proporção das suas unidades de participação. Este crédito vence juros à taxa dos suprimentos a partir de 01 de janeiro de 2019.

No dia 27 de abril de 2018 o Fundo Estamo e a Estamo acordaram em vender e comprar o imóvel subjacente ao Fundo ESTAMO, cujo o pagamento se vence, consoante o facto que primeiro venha a ocorrer, em 31 de dezembro de 2021 ou no prazo de 30 dias decorridos da venda do imóvel.

## 8. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os saldos e movimentos são os seguintes:

	2018				2017			
	Saldo Inicial	Variações c/ Efeitos em Resultados	Variações com Efeitos no Cap. Próprio	Saldo Final	Saldo Inicial	Variações c/ Efeitos em Resultados	Variações com Efeitos no Cap. Próprio	Saldo Final
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>								
<b>Não Correntes</b>								
UP's Fundo Estamo - Justo valor	1.476.947,51		-1.476.947,51	0,00	1.617.952,29	-141.004,78		1.476.947,51
Prejuízos fiscais		-902.539,97	1.484.942,17	582.402,20				
	1.476.947,51	-902.539,97	7.994,66	582.402,20	1.617.952,29	-141.004,78	0,00	1.476.947,51

Os ativos por impostos diferidos incluíam o efeito das diferenças temporárias resultantes da aplicação do justo valor na mensuração das unidades de participação do Fundo ESTAMO, através de capital próprio. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo por imposto diferido resulta do prejuízo fiscal apurado no período, decorrente da concretização da perda associada às UP do Fundo Estamo.

## 9. Clientes

Os saldos de clientes (2018: 809.083,23€; 2017: 794.392,47€) não apresentam efeitos de imparidade.

*Handwritten signature/initials*

## 10. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos e movimentos da rubrica Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	275.277,60		874.335,07	
Imposto s/Rendimento	96.817,73		31.823,10	
Imposto s/ Valor Acrescentado	178.459,87		842.511,97	

O saldo apresentado no ativo corrente corresponde ao IVA a recuperar do mês de dezembro de 2018.

## 11. Caixa e Depósitos Bancários

Os saldos da rubrica Caixa e Depósitos Bancários têm a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Depósitos Bancários	6.424.465,83	5.286.200,93
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>6.424.465,83</b>	<b>5.286.200,93</b>

A SAGESECUR, passou a estar obrigada ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado após a publicação do DL nº 33/2018, de 15 de maio, mas já anteriormente concentrava as suas disponibilidades de tesouraria no IGCP. Apenas tem mantido nas contas junto da banca comercial os valores indispensáveis ao cumprimento de obrigações contratuais assumidas, os quais a 31 de dezembro de 2018 se detalham do seguinte modo:

unidade: €

Banca Comercial *	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BPI - Banco BPI, S.A.	2.279,38	2.274,18	2.263,78	2.507,62
CGD - Caixa Geral de Depósitos***	9.438,68	8.382,35	1.399,97	-
Caixa Banco de Investimento	511.805,31	338.770,68	317.543,40	523.908,49
<b>TOTAL</b>	<b>523.523,37</b>	<b>349.427,21</b>	<b>321.207,15</b>	<b>526.416,11</b>
Juros Auferidos **	-	-	-	-

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias

\*\* - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 01-01-2018) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

\*\*\* conta cancelada no 4.º trimestre de 2018

## 12. Capital Próprio

Os saldos e os movimentos reconhecidos no capital próprio no ano de 2018 foram os seguintes:

	Saldo inicial IAS/IFRS	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	22.500.000,00			22.500.000,00
Reservas Legais	1.544.390,11	39.483,70		1.583.873,81
Reservas Livres	83.244,56			83.244,56
Resultados Transi.	10.942.475,54		4.836.220,97	6.106.254,57
Ajustamentos de JV	-5.558.539,60	5.558.539,60		0,00
Resultado Líquido	789.673,92	922.451,12		1.712.125,04
<b>Total</b>	<b>30.301.244,53</b>	<b>6.520.474,42</b>	<b>4.836.220,97</b>	<b>31.985.497,98</b>

A rubrica Reservas Legais é constituída em conformidade com o art.º 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os ajustamentos de justo valor correspondem aos ajustamentos nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral previsto na IFRS 9. O desreconhecimento está relacionado com a liquidação do Fundo Estamo (ver nota 20).

## 13. Financiamentos Obtidos

Os saldos na rubrica Financiamentos Obtidos respeitam a suprimentos e são os seguintes:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
DGTF *		12.180.000,00		12.180.000,00
Parpública		46.760.000,00		46.760.000,00
		<b>58.940.000,00</b>		<b>58.940.000,00</b>

\* Em 31 de dezembro de 2017 a posição era detida pelo anterior acionista PARCAIXA

Os suprimentos estão mensurados ao custo amortizado e distribuídos pelos dois acionistas em função da sua proporção no capital social. O historial e o saldo dos suprimentos atuais é o seguinte:

- Suprimento em 2006 para aquisição de material circulante  
A quantia inicial foi de 86.172 milhares de euros com reporte a 6 de julho de 2006, destinando-se à aquisição do material circulante à FERTAGUS. Esse empréstimo foi parcialmente amortizado em junho de 2008, setembro de 2009, outubro de 2010, maio e novembro de 2011, outubro de 2013, junho de 2014, julho de 2014, junho 2015 e dezembro 2016, permanecendo o valor de 31.540 milhares de euros.

*Handwritten signature/initials*



- Suprimento em 2007 para aquisição de unidades de participação  
A quantia inicial foi de 80.300 milhares de euros, conforme carta de 05 de fevereiro de 2007, para suporte da aquisição feita à PARPÚBLICA das UP's que esta detinha no FIIF ESTAMO (3.400) e FIIF LOCACEST (46.300). Esse empréstimo foi parcialmente amortizado em junho de 2008, permanecendo o valor de 27.400 milhares de euros.

Os juros vencem-se anual e postecipadamente, a 31 de dezembro de cada ano, estando os mesmos apresentados na rubrica Outras contas a pagar (nota 15). A taxa de juro é comunicada anualmente pelo acionista (2018: 2,947%; 2017: 3,366%).

#### 14. Fornecedores

Fornecedores	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores conta corrente	0,00	2.583,00
	0,00	2.583,00

Nesta rubrica são registados os saldos com fornecedores relacionados com a atividade normal da sociedade. Em 31 de dezembro de 2017, este saldo era composto apenas pela dívida ao fornecedor que presta os serviços de contabilidade.

#### 15. Outras Contas a Pagar

Os saldos de Outras Contas a Pagar são os seguintes:

	31-12-2018	31-12-2017
Juros de Empréstimos Obtidos	1.983.920,39	2.236.183,60
Aquisição de unidades de participação	0,00	17.267,25
Diversos	10.197,29	4.068,27
	<b>1.994.117,68</b>	<b>2.257.519,12</b>

Em 2017 a rubrica Aquisição de Unidades de Participação refere-se a 25 unidades de participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Fundiestamo I, adquiridas nos últimos dias de 2017, cujo pagamento ocorreu em janeiro de 2018.

#### 16. Vendas e Serviços Prestados

Os réditos derivam do aluguer operacional do material circulante à FERTAGUS (2018: 7.633.369,92€; (2017: 7.633.369,92€).

**17. Fornecimentos e Serviços Externos**

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos constam:

	2018	2017
Serviços de contabilidade e auditoria	8.394,75	8.394,75
Revisor Oficial de Contas - SROC	18.779,34	16.272,96
Partilha de gastos	8.287,15	5.269,46
Comissões e despesas	593,19	416,21
Diversos	401,24	180,00
	<b>36.455,67</b>	<b>30.533,38</b>

A rubrica partilha de gastos refere-se ao custo dos trabalhadores da PARPÚBLICA, na proporção do tempo de trabalho alocado à SAGESECUR, conforme previsto no acordo de partilha de custos celebrado com a *holding*.

Considerando o regime de IVA da sociedade, os serviços acima detalhados não permitem dedução, pelo que todos os valores incluem IVA.

**18. Gastos com Pessoal**

No ano de 2018, não houve pessoal próprio ao serviço da empresa. As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da SAGESECUR respeitam apenas a senhas de presença dos membros da mesa da Assembleia-geral.

**19. Aumentos/Reduções de justo valor**

As variações reconhecidas respeitam às unidades de participação do Fundo Fundiástico I e do Fundo ImoPoupança (2018: +567.164,04 €; 2017: +277.455,19 €).

**20. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos contem:

Juros e Rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	2018	2017
<b>Rendimentos e Ganhos</b>		
Juros obtidos e rendimentos da UPs	331.807,32	250.146,24
Compensação Fertagus (antecipação revisões)	259.077,96	114.714,17
Extinção do fundo Estamo	231.830,45	0,00
Outros não especificados	0,01	
	<b>822.715,74</b>	<b>364.860,41</b>

Com a liquidação do Fundo Estamo, o diferencial entre a quantia escriturada das UP's e o valor dos ativos e passivos partilhados gerou um ganho, refletido na rubrica acima, conforme

Cur  
19A  
RIP

§3.2.12 da IFRS9. De acordo com o § B5.7.1 da mesma norma, as variações acumuladas de justo valor não devem ser transferidas para o resultado.

## 21. Juros e Gastos Similares Suportados

Na rubrica Juros e Gastos Similares Suportados estão incluídos exclusivamente os juros dos suprimentos (2018: -1.983.920,39€; 2017: -2.236.183,60€).

## 22. Imposto sobre o Rendimento do período

Esta rubrica tem a seguinte composição:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (DR)	2018	2017
Gasto/Rendimento por Impostos correntes	0,00	-46.660,20
Gasto/Rendimento por Impostos Diferidos	-902.539,97	0,00
	-902.539,97	-46.660,20

A relação entre o gasto de imposto e o lucro contabilístico é o seguinte:

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de Impostos e o lucro contabilístico	31-12-2018	31-12-2017
Resultado antes de imposto	2.614.665,01	836.334,12
Gastos/Rendimento não aceites fiscalmente	-884.760,72	-238.126,48
Diferenças Temporárias	-11.258.865,66	
Utilização de Prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente		-418.745,35
	-9.528.961,37	179.462,29

A SAGESECUR está sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2018 corresponde à taxa anual de 21%, acrescida de Derrama. A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, podendo assim o imposto atingir a taxa máxima agregada de 22,5%.

As declarações de autoliquidação da empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

### 23. Partes relacionadas

Os saldos e transações da Sociedade com entidades relacionadas são:

	Empresa-mãe	Outras Partes Relacionadas
<b>Saldos Passivos</b>		
Parpublica	48.339.542,02	
DGTF (anteriormente Parcaixa)	12.589.978,80	
<b>Saldos Ativos</b>		
Estamo		27.160.164,64
<b>Gastos</b>		
<i>Juros</i>		
Parpublica	1.573.941,59	
DGTF (anteriormente Parcaixa)	409.978,80	
<i>Outros</i>		
Parpublica	8.287,15	

### 24. Ativos e Passivos contingentes e acontecimentos subsequentes relevantes

A SAGESECUR está a negociar um novo contrato de concessão das Unidades Quadruplas Elétricas (material circulante).

Não são conhecidos ativos ou passivos contingentes, nem outros eventos subsequentes relevantes para divulgação.

No início de janeiro de 2019, a titularidade dos 19,5% do capital social anteriormente detidos pela PARCAIXA, passou para a PARPÚBLICA, SGPS, SA, passando esta a ser a única acionista da SAGESECUR.

### 25. Divulgações de natureza não contabilística

A sociedade:

- Não tem presentemente pessoal próprio, sendo diminuta a sua atividade administrativa;
- Não é devedora em mora relativamente a impostos e a contribuições ou descontos para a segurança social (art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de dezembro);
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse (art.º 324.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais);
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras (art.º 66.º-A, 1 a), do Código das Sociedades Comerciais).

Relativamente aos membros dos órgãos sociais:

- Apenas são remunerados os membros da Mesa da Assembleia-Geral, em função das presenças (2018: 499,11€; 2017: 499,11€), e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com honorários que no ano de 2018 ascenderam aos 18.779,34 € relativos aos serviços de revisão legal que exclusivamente prestou (valor com IVA incluído);
- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade (art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais);
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação em anexo ao relatório do órgão de administração das listas de títulos e acionistas referidas nos art.ºs. 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2019, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita as operações da SAGESECUR, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado



Manuela Fonseca

O Conselho de Administração



Miguel Jorge de Campos Cruz  
Presidente



Maria Amália Freire de Almeida  
Vogal



Mário Manuel Pinto Lobo  
Vogal



## Demonstrações orçamentais previsionais

## 1 – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Período 2018	Soma	Plano orçamental plurianual				Euros
					t+1 2019	t+2 2020	t+3 2021	t+4 2022	
	<b>Receta corrente</b>	<b>9.798.865,00</b>	<b>9.881.406,00</b>	<b>19.680.271,00</b>	<b>9.389.155,00</b>	<b>9.439.155,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
R1	Receta fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9.798.865,00	9.881.406,00	19.680.271,00	9.389.155,00	9.439.155,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receta capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receta efetiva [1]</b>	<b>9.798.865,00</b>	<b>9.881.406,00</b>	<b>19.680.271,00</b>	<b>9.389.155,00</b>	<b>9.439.155,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Receta não efetiva [2]</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>27.078.622,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	27.078.622,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	1.240.000,00	0,00	1.240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receta total [3] = [1] + [2]</b>	<b>11.038.865,00</b>	<b>9.881.406,00</b>	<b>20.920.271,00</b>	<b>36.467.777,00</b>	<b>9.439.155,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Período 2018	Soma	Plano orçamental plurianual				Euros
					t+1 2019	t+2 2020	t+3 2021	t+4 2022	
	<b>Despesa corrente</b>	<b>8.567.131,00</b>	<b>3.005.323,00</b>	<b>11.572.454,00</b>	<b>3.938.751,00</b>	<b>3.568.685,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
D1	Despesas com o pessoal	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00	
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	5.635.063,00	30.176,00	5.665.239,00	30.176,00	30.176,00	0,00	0,00	
D3	Juros e outros encargos	2.410.240,00	2.236.184,00	4.646.424,00	2.236.184,00	1.695.876,00	0,00	0,00	
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D6	Outras despesas correntes	521.828,00	737.963,00	1.259.791,00	1.671.391,00	1.841.633,00	0,00	0,00	
	<b>Despesa capital</b>	<b>1.271.734,00</b>	<b>6.156.583,00</b>	<b>7.428.317,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
D7	Investimento	1.271.734,00	6.156.583,00	7.428.317,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>9.838.865,00</b>	<b>9.161.906,00</b>	<b>19.000.771,00</b>	<b>3.938.751,00</b>	<b>3.568.685,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>1.920.000,00</b>	<b>32.220.000,00</b>	<b>5.720.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
D10	Ativos financeiros	1.200.000,00	720.000,00	1.920.000,00	720.000,00	720.000,00	0,00	0,00	
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	31.500.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	
	<b>Despesa total [6] = [4] + [5]</b>	<b>11.038.865,00</b>	<b>9.881.906,00</b>	<b>20.920.771,00</b>	<b>36.158.751,00</b>	<b>9.288.685,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>Saldo total [3] - [6]</b>	<b>0,00</b>	<b>-500,00</b>	<b>-500,00</b>	<b>309.026,00</b>	<b>150.470,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>Saldo global [1] - [4]</b>	<b>-40.000,00</b>	<b>719.500,00</b>	<b>679.500,00</b>	<b>5.450.404,00</b>	<b>5.870.470,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

## 2 - Plano plurianual de investimentos

O plano de investimentos plurianual está associado ao contrato de manutenção do material circulante para o período de 2011 a 2019, representando um investimento global de 18,4 milhões de euros, totalmente financiados por receitas próprias. No orçamento de 2018 esta despesa estava evidenciada na rubrica 070209.

## Demonstrações de relato individual

## 1 - Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
	Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento EL	Préstimo	Outros Alheio		
<b>Saldo de gerência anterior</b>							
Operações orçamentais [1]	5.268.933,68	0,00	0,00	0,00	0,00	5.268.933,68	5.453.418,00
Restituição de saldos de operações orçam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	9.983.869,16	0,00	0,00	0,00	0,00	9.983.869,16	9.727.783,00
Receita não efetiva [3]	1.373,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.373,02	0,00
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>15.254.175,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.254.175,86</b>	<b>15.181.201,00</b>
Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	8.465.381,11	0,00	0,00	0,00	0,00	8.465.381,11	9.689.689,00
Despesa não efetiva [6]	364.328,92	0,00	0,00	0,00	0,00	364.328,92	222.577,00
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>8.829.710,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.829.710,03</b>	<b>9.912.266,00</b>
Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos para gerência seguinte</b>							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	6.424.465,83	0,00	0,00	0,00	0,00	6.424.465,83	6.424.465,83
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo global [2]-[5]</b>	<b>1.518.488,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.518.488,05</b>	<b>38.094,00</b>
Despesa primária	6.229.197,51	0,00	0,00	0,00	0,00	6.229.197,51	7.277.084,00
Saldo corrente	7.643.252,79	0,00	0,00	0,00	0,00	7.643.252,79	5.327.927,00
Saldo de capital	-6.156.583,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.156.583,29	-5.300.000,00
Saldo primário	3.754.671,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.754.671,65	2.440.532,00
<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>	<b>15.254.175,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.254.175,86</b>	<b>15.181.201,00</b>
<b>Despesa total [5]+[6]</b>	<b>8.829.710,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.829.710,03</b>	<b>9.912.266,00</b>

RUBRIK	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	<b>Saldo de gerência anterior</b>							
	Operações orçamentais [1]	5 268 933,68	0,00	0,00	0,00	0,00	5 268 933,68	5 453 418,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	
	<b>Receita corrente</b>							
R1	<b>Receita fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsídios de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9 951 911,17	0,00	0,00	0,00	0,00	9 951 911,17	9 717 616,00
R5	<b>Transferências Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R5.1	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	139,44	0,00	0,00	0,00	0,00	139,44	0,00
	<b>Receita de Capital</b>							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	<b>Transferências de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R9.1	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	31 818,55	0,00	0,00	0,00	0,00	31 818,55	10 167,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>9 983 869,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9 983 869,16</b>	<b>9 727 783,00</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>1 373,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 373,02</b>	<b>0,00</b>
R12	Ativos financeiros	1 373,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1 373,02	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>15 254 175,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15 254 175,86</b>	<b>15 181 201,00</b>
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Car  
for out

**SAGESECUR – SOCIEDADE DE ESTUDOS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS, S. A.**

RUBRIC PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1	
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALIENIGES			
<b>Despesa corrente</b>								
D1	Despesas com o pessoal	499.11	0,00	0,00	0,00	0,00	499.11	519.00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0.00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	499.11	0,00	0,00	0,00	0,00	499.11	519.00
D1.3	Segurança social	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0.00
D2	Aquisição de bens e serviços	32.747.72	0,00	0,00	0,00	0,00	32.747.72	29.616.00
D3	Juros e outros encargos	2.236.183.60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.236.183.60	2.412.605.00
D4	Transferências correntes	13.67	0,00	0,00	0,00	0,00	13.67	0,00
D4.1	Administrações Públicas	13.67	0,00	0,00	0,00	0,00	13.67	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	13.67	0,00	0,00	0,00	0,00	13.67	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D4.3	Famílias	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D4.4	Outras	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D5	Subsídios	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D6	Outras despesas correntes	39.353.72	0,00	0,00	0,00	0,00	39.353.72	1.946.949.00
<b>Despesa de Capital</b>								
D7	Investimento	6.156.583.29	0,00	0,00	0,00	0,00	6.156.583.29	5.300.000.00
D8	Transferências de capital	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.3	Famílias	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D8.4	Outras	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
	Despesa efetiva (5)	8.465.381.11	0,00	0,00	0,00	0,00	8.465.381.11	9.689.689.00
	Despesa não efetiva (6)	364.328.92	0,00	0,00	0,00	0,00	364.328.92	222.577.00
D10	Ativos financeiros	364.328.92	0,00	0,00	0,00	0,00	364.328.92	222.577.00
D11	Passivos financeiros	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
	Soma (7)=(5)+(6)	8.829.710.03	0,00	0,00	0,00	0,00	8.829.710.03	9.912.266.00
	Parâmetros de operações de tesouraria (C)	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	6.424.465.83	0,00	0,00	0,00	0,00	6.424.465.83	5.268.935.00
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)						0.00	0.00
	Saldo global (2)-(5)	1.518.488.05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518.488.05	38.094.00
	Despesa primária	6.229.197.51	0,00	0,00	0,00	0,00	6.229.197.51	7.277.084.00
	Saldo corrente	7.643.252.79	0,00	0,00	0,00	0,00	7.643.252.79	5.327.927.00
	Saldo de capital	-6.124.764.74	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.124.764.74	-5.300.000.00
	Saldo primário	3.754.671.65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.754.671.65	2.440.532.00
	Receita total (1)+(2)+(3)	15.254.175,86	0,00	0,00	0,00	0,00	15.254.175,86	15.181.201,00
	Despesa total (5)+(6)	8.829.710,03	0,00	0,00	0,00	0,00	8.829.710,03	9.912.266,00

*Car 2*

*9/11*

## 2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	P/Cobrar Ant	Receitas Líquidas	Liquidações Anuladas	Cobrada(s) bruta(s)	Reembolsos Emitidos	Reembolsos Pagos	Cobrada Líq. Ant	Cobrada Líq. Per	Cobrada Líq. Tot.	P/Cobrar Final	Grav Exec. Ant	Grav Exec. Per
<b>COMENTE</b>														
R1	Receta fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9.891.482,00	794.392,47	10.049.553,76	0,00	9.951.911,17	0,00	0,00	794.392,47	9.157.518,70	9.951.911,17	892.035,06	100,00	1.152,79
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras ent	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	140,00	0,00	139,44	0,00	139,44	0,00	0,00	0,00	139,44	139,44	0,00	0,00	0,00
<b>Total Corrente</b>		<b>9.891.582,00</b>	<b>794.392,47</b>	<b>10.049.693,20</b>	<b>0,00</b>	<b>9.952.050,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>794.392,47</b>	<b>9.157.658,14</b>	<b>9.952.050,61</b>	<b>892.035,06</b>	<b>100,00</b>	<b>1.152,79</b>
<b>CAPITAL</b>														
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras ent	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>NÃO EFETIVA</b>														
R17	Ativos financeiros	1.373,02	0,00	1.373,02	0,00	1.373,02	0,00	0,00	0,00	1.373,02	1.373,02	0,00	0,00	0,00
R18	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Não efetiva</b>		<b>1.373,02</b>	<b>0,00</b>	<b>1.373,02</b>	<b>0,00</b>	<b>1.373,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.373,02</b>	<b>1.373,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R11	Reposição não abatidas aos pagame	31.818,55	0,00	31.818,55	0,00	31.818,55	0,00	0,00	0,00	31.818,55	31.818,55	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operaçã	5.268.933,68	0,00	5.268.933,68	0,00	5.268.933,68	0,00	0,00	0,00	5.268.933,68	5.268.933,68	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>5.300.753,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.300.752,23</b>	<b>0,00</b>	<b>5.300.752,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.300.752,23</b>	<b>5.300.752,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>15.193.709,00</b>	<b>794.392,47</b>	<b>15.351.818,45</b>	<b>0,00</b>	<b>15.254.175,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>794.392,47</b>	<b>14.459.783,91</b>	<b>15.254.175,86</b>	<b>892.035,06</b>	<b>100,00</b>	<b>1.820,23</b>

*Handwritten signature and initials.*

3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	P/Pagar Ant	Dotações Criadas	Cativos/Desrativos	Compromissos	Obrigações	Pagos Lq. Ant	Pagos Lq. Per	Pagos Lq. Tot.	Comp. a transferir	Obr. por pagar	Grau Exec. Ant	Grau Exec. Per
<b>CORRENTE</b>													
D1	Despesas com o pessoal												
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	500,00	0,00	499,11	499,11	0,00	499,11	499,11	0,00	0,00	0,00	99,82
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	38 040,00	0,00	32 747,72	32 747,72	0,00	32 747,72	32 747,72	0,00	0,00	0,00	96,20
D3	Auxílios e outros encargos	0,00	2 236 184,00	0,00	2 236 183,60	2 236 183,60	0,00	2 236 183,60	2 236 183,60	0,00	0,00	0,00	100,00
D4	Transferências correntes												
<b>Administrações Públicas</b>													
D4.1	Administração Central - Estado	0,00	14,00	0,00	13,67	13,67	0,00	13,67	13,67	0,00	0,00	0,00	97,64
D4.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	734 098,00	0,00	42 519,64	42 519,64	0,00	39 353,72	39 353,72	0,00	3 165,92	0,00	5,36
<b>Total Corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>3 004 836,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 311 963,74</b>	<b>2 311 963,74</b>	<b>0,00</b>	<b>2 308 797,82</b>	<b>2 308 797,82</b>	<b>0,00</b>	<b>3 165,92</b>	<b>0,00</b>	<b>78,84</b>
<b>CAPITAL</b>													
D7	Investimento	0,00	6 156 584,00	0,00	6 156 583,29	6 156 583,29	0,00	6 156 583,29	6 156 583,29	0,00	0,00	0,00	100,00
<b>Transfêrências de capital</b>													
<b>Administrações Públicas</b>													
D8.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>6 156 584,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 156 583,29</b>	<b>6 156 583,29</b>	<b>0,00</b>	<b>6 156 583,29</b>	<b>6 156 583,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
<b>NÃO EFETIVA</b>													
D10	Ativos financeiros	0,00	720 000,00	0,00	364 328,92	364 328,92	0,00	364 328,92	364 328,92	0,00	0,00	0,00	50,60
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Não efetiva</b>		<b>0,00</b>	<b>720 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>364 328,92</b>	<b>364 328,92</b>	<b>0,00</b>	<b>364 328,92</b>	<b>364 328,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50,60</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>9 881 420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 832 875,95</b>	<b>8 832 875,95</b>	<b>0,00</b>	<b>8 829 710,03</b>	<b>8 829 710,03</b>	<b>0,00</b>	<b>3 165,92</b>	<b>0,00</b>	<b>89,36</b>

4 - Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Relativamente ao material circulante, verifica-se uma execução de 100%, tanto no ano como em termos globais. Tal como previsto, este investimento foi totalmente financiado por receitas próprias.

7 | *UMZ*  
*9/2*  
*125*



## **Anexo às Demonstrações Orçamentais**

### **Apresentação da empresa e do referencial de relato orçamental**

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participações em Projetos, S.A. é uma empresa do Grupo PARPÚBLICA, com um capital social de 22,5 milhões de euros, totalmente realizado, o qual, em 31 de dezembro de 2018, era detida diretamente pela PARPÚBLICA (80,5%) em parceria com a Parcaixa, que era titular de uma participação correspondente a 19,5%, sendo, na data atual detida a 100% pela PARPÚBLICA.

A atividade da SAGESECUR constitui um dos instrumentos de concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para o Grupo PARPÚBLICA relativamente a projetos específicos considerados de interesse e que se enquadrem no seu objeto social.

A SAGESECUR é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA e a sua atividade está centrada na gestão de diversos negócios relacionados com a propriedade do material circulante que opera no eixo ferroviário norte-sul (alugado à FERTAGUS) e a detenção de unidades de participação de Fundos Imobiliários Fechados.

A empresa apresenta as suas demonstrações orçamentais em conformidade com a Norma Contabilística Pública (NCP) 26, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). A NCP 26 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As presentes demonstrações orçamentais respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa e estão apresentadas em euros.

## 1 - Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas	Observações
<b>CORRENTE</b>							
R1	Receta fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	9.881.406,00	10.036,00	0,00	0,00	9.891.442,00	
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Administração Central - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R7	Outras receitas correntes	0,00	140,00	0,00	0,00	140,00	
<b>Total Corrente</b>		<b>9.881.406,00</b>	<b>10.176,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.891.582,00</b>	
<b>CAPITAL</b>							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Administração Central - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>NÃO EFETIVA</b>							
R12	Ativos financeiros	0,00	1.374,00	0,00	0,00	1.374,00	
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Não efetiva</b>		<b>0,00</b>	<b>1.374,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.374,00</b>	
R11	Reposição não abatidas aos pag:	0,00	31.819,00	0,00	0,00	31.819,00	
R14	Saldo da gerência anterior - oper	0,00	0,00	0,00	5.268.934,00	5.268.934,00	
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>31.819,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.268.934,00</b>	<b>5.300.753,00</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>9.881.406,00</b>	<b>43.369,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.268.934,00</b>	<b>15.193.709,00</b>	

**2 - Alterações orçamentais da despesa**

Rubrica	Descrição	Dotações Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulação	Créditos Especiais	Dotações Comidas	Observações
<b>CORRENTE</b>							
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>						
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	30.176,00	3.864,00	0,00	0,00	34.040,00	
D3	Juros e outros encargos	2.236.184,00	0,00	0,00	0,00	2.236.184,00	
<b>D4</b>	<b>Transferências correntes</b>						
<b>D4.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>						
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	14,00	0,00	0,00	14,00	
D4.1.2	Administração Central - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D6	Outras despesas correntes	737.963,00	0,00	3.865,00	0,00	734.098,00	
	<b>Total Corrente</b>	<b>3.004.823,00</b>	<b>3.878,00</b>	<b>3.865,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.004.836,00</b>	
<b>CAPITAL</b>							
D7	Investimento	6.156.583,00	1,00	0,00	0,00	6.156.584,00	
<b>D8</b>	<b>Transferências de capital</b>						
<b>D8.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>						
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.2	Administração Central - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>Total Capital</b>	<b>6.156.583,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.156.584,00</b>	
<b>NÃO EFETIVA</b>							
D10	Ativos financeiros	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>Total Não efetiva</b>	<b>720.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>720.000,00</b>	
	<b>Total Geral</b>	<b>9.881.406,00</b>	<b>3.879,00</b>	<b>3.865,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.881.420,00</b>	

**3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos**

Não aplicável

**4 - Operações de tesouraria**

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos / transf. Banc. c/c	Pagamentos / transf. Banc. c/c	Saldo final
1216	IGCP	4.927.066,95	9.735.865,66	8.764.882,89	5.898.049,72
1221	Caixa Banco de Investimento	355.546,66	549.984,67	381.622,84	523.908,49
1222	CGD - Caixa Geral de Depósitos	1.179,74	8.151.166,62	8.152.346,36	0,00
1223	BPI - Banco BPI, S.A.	2.407,58	325,12	225,08	2.507,62
	<b>Totais ...</b>	<b>5.286.200,93</b>	<b>18.437.342,07</b>	<b>17.299.077,17</b>	<b>6.424.465,83</b>

Os valores apresentados englobam todos os movimentos bancários, sejam transferências entre contas, como recebimentos e pagamento.

**5 - Contratação administrativa**

Não aplicável. Não é aplicado o regime da Contratação Pública.

**6 - Transferências e subsídios**

Não aplicável

**7 - Outras divulgações.**

Não aplicável

